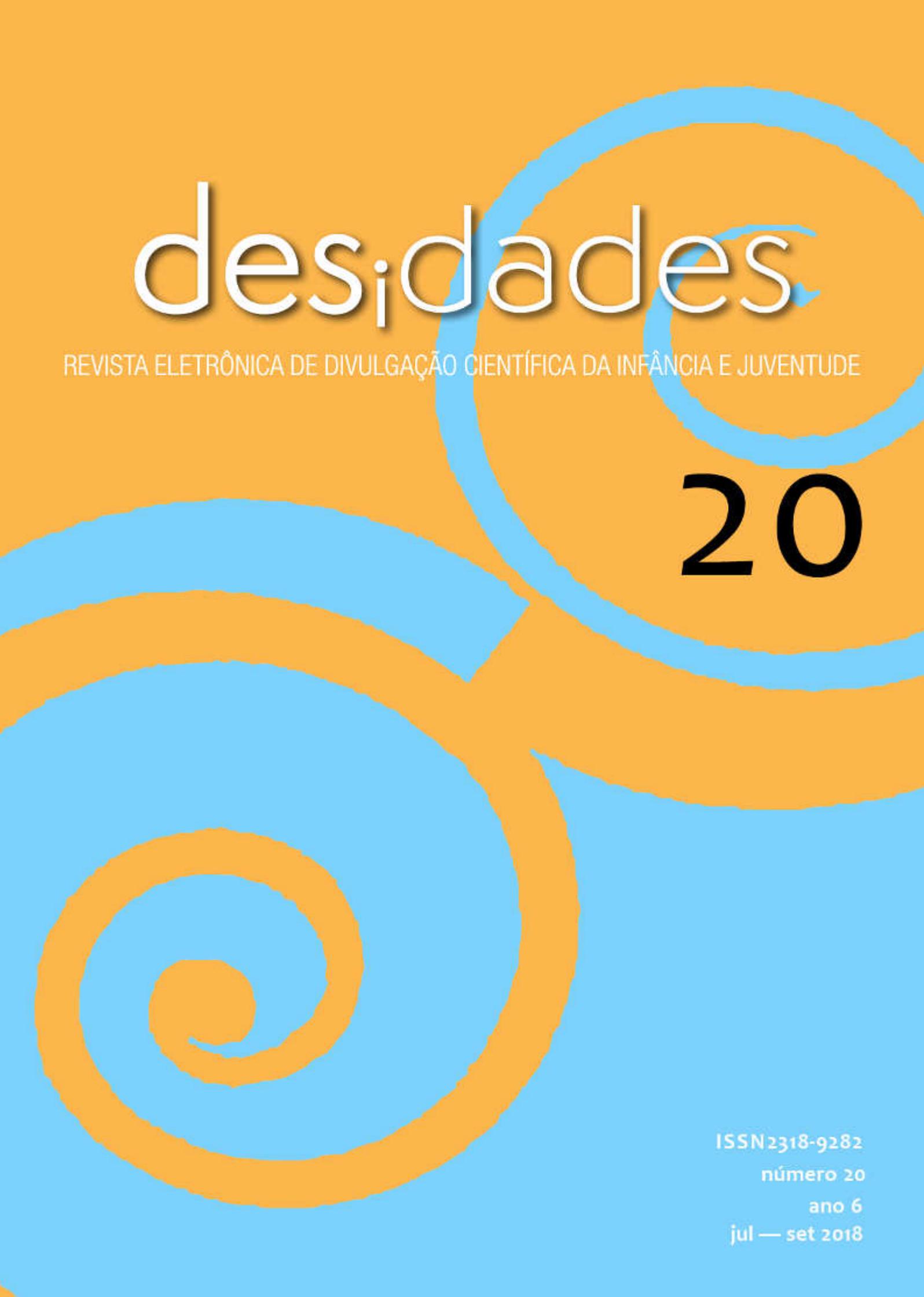


desidades



REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

20

ISSN 2318-9282

número 20

ano 6

jul — set 2018

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



NIPIAC

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio
para a Infância e a Adolescência Contemporâneas

APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Heloisa Dias Bezerra

Paula Uglione

Renata Alves de Paula Monteiro

Renata Tomaz

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Adelaide Rezende de Souza

Ana Paula Oliveira e Silva Carneiro

Antônio Gonçalves Ferreira Júnior

Felipe Salvador Grisolia

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Melo

Lis Albuquerque Melo

Luísa Evangelista Vieira Prudêncio

Paula Pimentel Tumolo

Renata Tavares da Solva Guimarães

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Sofia Hengen

EQUIPE TÉCNICA

Arthur José Vianna Brito

Julia Oliveira Moraes

Leticia Rosa Machado

Maria Clara Teldeschi

Maria Luiza Vianna Werneck Pereira

Maryssol Monteiro Fernandes do Nascimento

Matheus Ferreira Apolinário

Túlio Ferreira Fialho

REVISOR

Welton Pereira e Silva

TRADUTORAS

Flavia Ferreira dos Santos

Karima Oliva Bello

Sofia Hengen

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Cristina Soares de Gouvea	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Letícia Nascimento	Universidade de São Paulo
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane
Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
María Guadalupe Vega López	Universidad de Guadalajara, México
María Raquel Macri	Universidad de Buenos Aires
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, Mexico
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

índice

EDITORIAL	7
TEMAS EM DESTAQUE	
Infância sob ameaça: processos de caducidade social em El Salvador <i>Carlos Iván Orellana</i>	9
Biblioteca 21 de abril: experiências coletivas junto a crianças e jovens do sertão cearense, Brasil <i>Raimundo Augusto Martins Torres</i> <i>Leidy Dayane Paiva de Abreu</i> <i>Aretha Feitosa de Araújo</i> <i>Maria Rocineide Ferreira da Silva</i>	19
A pauta das jovens mulheres brasileiras junto ao governo federal <i>Cynthia Mara Miranda</i> <i>Ana Laura Lobato</i>	32
ESPAÇO ABERTO	
Infância em contextos de luta por moradia na Argentina e no Brasil ENTREVISTA DE <i>Beatriz Corsino</i> COM <i>Paula Shabel</i> E <i>Marcia Gobbi</i>	46
INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	
RESENHAS	
Biografías callejeras. Cursos de vida de jóvenes en condiciones de desigualdad, de <i>María Florencia Gentile</i> RESENHA POR <i>María Celeste Hernández</i>	64
Estátuas de nuvens: dicionário de palavras pesquisadas por infâncias, organizado por <i>Luciano Bedin da Costa</i> , <i>Larisa da Veiga Vieira Bandeira</i> e <i>Tatiele Mesquita Corrêa</i> RESENHA POR <i>José Douglas Alves dos Santos</i>	68
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	72
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	77

Em uma sociedade que se quer democrática, a participação de todos e todas não é somente desejável como fundamental. No entanto, alguns segmentos sociais, como o das crianças, ainda se encontram alijados de seus direitos políticos. É quase um truísmo dizer que não se espera que as crianças possam participar plenamente da vida política, já que, assim se pensa, elas não dispõem das condições psicológicas e morais para esse exercício. Afinal, como afirma um dos renomados filósofos da política moderna, John Rawls, a cidadania política implica na possibilidade de autonomia, ou seja, de poder expressar livre e autonomamente como e porquê se escolhe e se vota (Rawls, 1993). No entanto, esta tese tem sido questionada. Wall (2011) argumenta que só com mudanças a respeito de como se pensam a democracia e a representação, que práticas mais democráticas – como a do voto das crianças – poderão ser instituídas permitindo que as crianças possam expressar publicamente suas diferenças em relação aos outros. Wall diz que nenhum governo que responde apenas para uma porcentagem pequena de seus cidadãos pode ser considerado democrático.

Muitas sociedades modernas continuam desprezando as crianças como cidadãos de segunda classe cujo poder de denunciar e influenciar aqueles mesmos processos que as oprimem e as violentam se torna pífio. Assim, as crianças dependem daqueles que advogam e podem representar suas causas na esfera pública. Neste sentido, ser criança parece consistir em uma significativa desvantagem política, principalmente quando se provém das classes desfavorecidas, se é menina e de raça negra ou indígena.

Os artigos desta 20ª edição nos oferecem perspectivas diversas de abordar e pensar a questão da expansão democrática a partir da experiência singular de crianças e jovens. Orellana expõe a dramaticidade de uma infância sob ameaça em El Salvador, submetida a violência multiforme de sua aniquilação, exploração e expulsão. Esta forma cruel de desprezo e indiferença da sociedade de adultos clama por denúncia e investigação: a que se deve? Como e por que ocorre? Cynthia Miranda e Ana Lobato narram a experiência de institucionalizar, junto ao governo federal brasileiro, a pauta das mulheres jovens, processo ainda não consolidado que necessita ainda de muitos outros esforços militantes para poder impactar as políticas destinadas a este segmento. E finalmente, Raimundo Torres e Colaboradoras enfocam a perspectiva de tornar visível a expressão das crianças no interior do Brasil: ao praticar a experiência de reescrever e contar histórias, os laços sociais entre adultos e crianças são reinventados e, desta forma, se renovam as possibilidades democráticas do viver e aprender juntos. Ainda, olhando como as crianças participam dos territórios e movimentos de lutas, o Espaço Aberto traz a entrevista conduzida por Beatriz Corsino a duas pesquisadoras, uma

brasileira, Marcia Gobbi, e outra argentina, Paula Shabel, sobre a experiência das crianças na participação política – não aquela dos partidos, mas da participação nos espaços de luta por moradia. É quando as crianças também se propõem, não somente a se somar à luta de suas famílias, mas também a conquistar seus próprios espaços de brincar e se encontrar nas ocupações em que vivem.

Finalmente, trazemos aos leitores as resenhas de duas importantes obras - *Biografías callejeras. Cursos de vida de jóvenes en condiciones de desigualdad*, de Maria Florencia Gentile e *Estátuas de nuvens: dicionário de palavras pesquisadas por infâncias*, organizada por Luciano Costa, Larisa Bandeira e Tatiele Corrêa – resenhadas por Maria Celeste Hernández e José Douglas dos Santos, respectivamente. Trazemos também o levantamento bibliográfico das recentes publicações em livros sobre infância e/ou juventude lançadas por editoras da América Latina. Esperamos que a leitura desta edição seja proveitosa e interessante!

Lucia Rabello de Castro
EDITORA CHEFE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Rawls, J. **Political Liberalism**. New York: Columbia University Press, 1993.

Wall, J. Can democracy represent children? Toward a politics of difference. **Childhood**, v.19, n.1, 86-100, 2011



IMAGEM: Pxhere

Infância sob ameaça: processos de caducidade social em El Salvador

Carlos Iván Orellana

Enquanto é mais simples estabelecer a utilidade de uma coisa, mais complicado resulta especificar para que serve um ser humano. Para que servem os homens, as mulheres ou as crianças. Para que servem as crianças? Alba Rico (2007) afirma que uma criança responde frente a tal questão alegando que servem para serem cuidadas. Serviriam para existir e, com isso, constatar que existem corpos concretos que devem ser protegidos; corpos que requerem tempo para desenvolver-se; corpos frágeis que lembram como é sentido - no corpo próprio - a alegria ou a desgraça alheia; corpos que aprendem e que ensinam a dar atenção à magia do simples e do cotidiano; corpos que resguardam e reclamam a memória ao manter vivo o milenário amor do cuidado doméstico. As crianças serviriam, em suma, para anteciper a eventual e inevitável ausência do adulto, que deve interessar-se por transformar através da política o mundo hostil que ficará espreitando as crianças (e seus corpos).

Poderíamos dizer então que, em contrapartida, se uma criança sofre negligência e abandono; se seu corpo é maltratado ou sua vida arrebatada; se sua existência vê-se submetida a demandas impróprias para sua idade e suas capacidades; se seu sofrimento ou sua alegria suscitam indiferença nos adultos; se não contagiam com sua surpresa ante o mar ou a poderosa formiga que carrega uma folha; se deixam de ser ninados à noite e alimentados de dia; e, por último, se não levam os adultos - enquanto estes podem, enquanto vivem - à construção de regras e de uma estrutura institucional que as proteja dos perigos da natureza como de outros adultos e de outras crianças perigosas, então deve dizer-se que as crianças perdem sua funcionalidade. Em uma palavra, a vida de uma criança ou sua “essência” – sua infância –, caducam.

Muitas dessas condições inversas e perversas de esgotamento da eficácia existencial da infância são identificáveis atualmente em El Salvador. Para Dada (2013), devido à magnitude da violência que acontece no país, El Salvador figurativamente emularia o angustiante quadro do espanhol Francisco de Goya y Lucientes, “Saturno devorando um filho”: o menor país da América Central constituiria dessa maneira um monstro - faminto, insaciável, infanticida e demente - que engole sem cessar seus filhos e filhas. Não é uma metáfora grandiloquente em um país onde 53.6% da sua população não ultrapassa os 30 anos de idade (Dirección General de Estadística y Censos, DIGESTYC, 2017), além de exibir uma taxa de homicídio vertiginosa de 327.2 assassinatos por cada 100 mil habitantes para homens com idades entre os 15 e os 29 anos (Fundación Guillermo Manuel Ungo, FUNDAUNGO, 2016). A brutalidade e a desproporcionalidade epidêmica que atinge a violência e a criminalidade levam a que hoje o país seja considerado o mais perigoso do planeta na ausência de uma guerra formal declarada (Mc Evoy; Hideg, 2017). No entanto, constituiria uma visão apressada considerar que a violência é o único perigo que a infância salvadorenha enfrenta.

Save the Children (2017), em seu relatório mais recente sobre as condições de vida das crianças no mundo, coloca El Salvador na categoria de “muitas crianças estão perdendo a infância”. Desta forma, o país é atribuído à penúltima categoria da classificação feita pela organização internacional e está classificado em 126º lugar dentre os 172 países analisados. Essa deplorável posição se explica, em grande medida, como confirmação vergonhosa dos altos níveis de violência, porque a taxa de homicídio infantil se classifica como “muito alta” (22.4/100,000 habitantes entre 0 e 19 anos) e situa o país no terceiro lugar em mortes violentas infantis no nível mundial. Contudo, outros indicadores, alguns de “baixo” nível (por

exemplo, mortalidade infantil), mas sobretudo os de nível “moderado”, como a proporção de matrimônio de adolescentes (21% de meninas e adolescentes entre 15 e 19 anos) e a taxa de maternidade adolescente (64.9/1000 partos adolescentes), igualmente intensificam a mencionada perda da infância que acontece em El Salvador. Isso significa que a violência que a infância sofre não é autônoma. Para atingir níveis tão transbordantes, requer-se a ligação com outros fenômenos e processos que a instiguem e que igualmente prejudiquem o bem-estar na infância. É o caso, por exemplo, quando o matrimônio e a maternidade infantil coexistem com condições de maus-tratos e de abuso sexual das meninas. Isso, por sua vez, costuma fechar as possibilidades de ascensão social das meninas e jovens para confiná-las a condições precárias de vida desencadeantes de mais violência e de violação de direitos (Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA) et al., 2016).

Com base no pressuposto de que a violência cotidiana em El Salvador tende a ser o alvo principal da análise acadêmica devido a sua desproporção, este trabalho tem como objetivo problematizar e transcender a análise da relação entre infância e violência em El Salvador. Interessa propor a existência de processos simultâneos de perda da infância, entendendo essa última categoria como uma noção dual referida tanto a um período particular do ciclo vital, como as crianças concretas enquanto corpos vulneráveis. O caráter massivo de tais processos, aglutinados na categoria de caducidade social, tornará possível reafirmar que, em contextos onde as crianças e jovens veem-se constantemente ameaçados com “caducar” devido à grande precariedade de suas existências ou à persistente ameaça de morte violenta, a excepcionalidade não equivale à exceção e a anomalia deve constituir-se em fonte de produção de conhecimento.

A caducidade social da infância salvadorenha

Compreendo por “caducidade social” o conjunto de processos sistemáticos de obsolescência acelerada a que são submetidos crianças e jovens em contextos de desproteção generalizada, como ocorre em El Salvador de hoje. A caducidade da infância faria referência tanto ao possível prejuízo ou à eliminação do corpo como também à distorção do período do ciclo vital próprio da criança. Por outras palavras, a título de ilustração, uma criança sofreria caducidade ao ser assassinada, mas também se sua vida não necessariamente estivesse em perigo, mas se visse forçada a trabalhar, situação usualmente crônica que prematuramente a deixaria perto de comprometer - ou diretamente de renunciar - a vivência de sua infância, e de resolver exigências adultas.

A caducidade humana como ferramenta de análise reconhecera o peso da violência como condicionante fundamental da sociedade em foco, mas não se limitaria a ela. Antes, aquela construiria uma característica de sociedades violentas, mas, sobretudo, a caducidade emergiria devido a – e no seio de – sociedades inóspitas (Orellana, 2016), sociedades com dimensões estruturais simultaneamente disfuncionais, porém convergentes com as atuais democracias excludentes e as consumistas economias neoliberais contemporâneas que as condicionam. A caducidade, seguindo um processo de ratificação desumanizante, revestiria a existência de uma certa infância, especialmente a que se encontra na parte mais baixa da sociedade, com o caráter efêmero das mercadorias, o ritmo acelerado do

consumo, a prática de “usar e joga fora”, ou a definiria como uma consumidora desleal ou uma empreendedora que, por ser informal, é defeituosa. A infância, dessa maneira, torna-se um objeto de gestão social, administrativa e securitária, o que não exclui infligir violência sobre ela (Alba Rico, 2016; Bauman, 2006; Yate Arévalo; Díaz Rodríguez, 2015).

A caducidade da infância salvadorenha se verificaria, ao menos, através de três processos mutuamente intrincados entre si e que, em muitas ocasiões, são sofridos de maneira crônica, alternada ou simultânea por uma mesma criança, estes são: *aniquilação*, *expulsão* e *exploração*. Os três processos cristalizam a ameaça a que se vê submetida grande parte da infância e da juventude salvadorenha. Uma circunstância generalizada de encurralamento e pressão constante que leva ao limite a capacidade de resistência ou de sobrevivência. No quadro 1, mostra-se uma síntese da relação entre processos de caducidade, suas expressões e alguns exemplos de suas manifestações

Quadro 1: Processos, formas e alguns indicadores da caducidade infantil em El Salvador

Processos	Formas	Indicadores
Aniquilação	Homicídio	<ul style="list-style-type: none"> • 52.4% dos homicídios correspondem a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, faixa etária cuja taxa de homicídio atinge os 327.2/100,000 habitantes. • Primeiro lugar em nível mundial - embora tenha ficado terceiro em 2017, segundo Save the Children - em homicídios infantis em 2014 (taxa de 27/100,000 habitantes). • Em 2016, uma média de três adolescentes morrem a cada dois dias no país de forma violenta, em grande medida devido à sua ligação com gangues.
Expulsão	Exclusão social	<ul style="list-style-type: none"> • Mais de 80% das famílias salvadorenhas padecem exclusão (desemprego, trabalho precário, baixa escolaridade, baixo ou nula proteção social) ou somente inclusão laboral (a mesma coisa à exceção de contar com um emprego não precário). 35% não superam o limiar da pobreza por ingressos. • 26.6% dos jovens entre 15 e 24 anos são “nem-nem”: nem estudam nem trabalham. A maioria dos nem-nem são mulheres (muitas trabalham no invisibilizado trabalho doméstico) e 56% de nem-nem estaria fora do sistema educativo.
	Deslocamento forçado interno e externo (migração)	<ul style="list-style-type: none"> • Em 2017, o deslocamento forçado por violência afeta 5% da população, isto é, umas 273.036 pessoas. • 56.5% dos casos de deslocamento forçado interno informados à Cristosal afetam crianças e jovens até os 25 anos. As idades mais frequentes se concentram em crianças de menos de 11 anos. • Entre 2012-2017, 243.081 pessoas têm sido retornadas por autoridades mexicanas ou estado-unidenses. Destas, 8 de cada 10 são do sexo masculino e têm entre 0 e 40 anos (de infantes até adultos jovens). • Entre 2011 e 2016, calcula-se que a detenção de crianças e adolescentes não acompanhados nos Estados Unidos aumentou em 272%, enquanto que sua deportação do México subiu até um 446%. • A migração de meninas tem aumentado, assim como a das crianças e jovens LGBTI. Em ambos os casos, a violência sexual e de gênero constitui uma razão fundamental e crescente para abandonar o país.

Exploração	Abuso sexual e maternidade infantil	<ul style="list-style-type: none"> • A taxa nacional de estupros é epidêmica e atinge 35 casos em cada 100.000 habitantes. • Em 2013, 9 de cada 10 agressões sexuais foram sofridas por mulheres, proporção que se replica para as meninas e adolescentes em 2015 e 2016. Em 8 de cada 10 casos, a agressão foi perpetrada por um conhecido ou um familiar e entre as idades de 14 e 19 anos se evidencia o maior risco de vitimização. • Os resultados de uma enquete aplicada a uma amostra de meninas mães em 2012 (N= 424) encontrou que, em 1 de cada 4 casos, a primeira relação sexual não foi consentida e que 7 de cada 10 meninas ou adolescentes conviveram antes de ser mães, mas a metade já tinha engravidado, num vínculo que pode ser considerado forçado. • Do total de gravidezes de 2015, 30% corresponderam a meninas e adolescentes, uma gravidez infantil a cada 21 minutos. • 2.6% dos e das adolescentes entre 12 e 17 anos têm tido uma relação matrimonial ou não matrimonial. 60.3% destes adolescentes se encontram na área rural e 39.7%, na área urbana.
	Trabalho infantil	8.4% das crianças e adolescentes entre os 5 e os 17 anos de idade seriam trabalhadores infantis. Três de cada quatro são crianças trabalhadoras e 4 de cada 10 se encontram fora do sistema educativo.
	Castigo físico	Em 2014, 52% das crianças entre o primeiro ano de vida e os 14 experienciaram disciplina violenta sob a forma de agressão física ou psicológica.

Fontes: Bolaños Cámbara; Rivera, 2016; Cristosal, 2017; DIGESTYC, 2017; FUNDAUNGO, 2016; KIND; Centro de Derechos Humanos Fray Matías de Córdova, 2017; Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), 2014; La Prensa Gráfica (LPG), 2017; Ministerio de Salud/Instituto Nacional de Salud; Observatorio de Migración (OMI), 2018; Programa del Estado de la Nación (PEN), 2016; UNFPA et al., 2016.

A *aniquilação* seria a forma de caducidade mais descarnada. Implica a morte violenta de crianças e jovens. Os valores que se mostram no quadro 1 confirmam que, mesmo que El Salvador constitua um cenário singular de perigo generalizado para a integridade física e psicológica dos seus habitantes, a especial vulnerabilidade da infância e da juventude a expõe ainda mais à fome voraz do país – Saturno devorando seus filhos.

Utiliza-se a noção de *expulsão* para aludir a processos de remoção social ou existencial da infância e da juventude. Expulsar ou remover constituem mecanismos que conotam uma ação disruptiva que empurra, extrai ou isola. Suas variantes seriam pelo menos três: a *exclusão social* como forma de segregação de esferas de integração social (por exemplo, educação, saúde); o *deslocamento forçado*, ao interior ou para fora das fronteiras nacionais, e a *evasão* como forma alienante de “estar sem estar” no mundo, como ocorre com dimensões da socialização religiosa ou, para além dos inegáveis benefícios do mundo digital, o autismo induzido que fomentam as onipresentes telas.

No quadro 1, expõem-se indicadores de exclusão e de deslocamento forçado. Por enquanto, pouco se sabe no país sobre o impacto que tem a religião no desenvolvimento infantil enquanto âmbito que promove, entre outros, o pensamento não científico, o convencionalismo (de caráter autoritário, a propósito, ver Orellana, 2018) e o

desentendimento político do mundo, em particular quando se trata das crescentes denominações pentecostais (Pew Research Center, 2014). Menos ainda, conhece-se adequadamente a magnitude do consumo de tempo e vida que implica para os jovens salvadorenhos permanecer conectados à internet frente a uma tela. No entanto, em nível mundial (UNICEF, 2017), são reconhecidas implicações como a conexão excessiva ou o assédio pelas redes. Também pode considerar-se essa outra exclusão dentro da exclusão que supõe para muitas crianças e jovens a impossibilidade de se “conectar” para ser partícipes de oportunidades educativas com o uso das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação). Mas também para se ver seduzidos pelos cantos de sereia da eternidade lúdica das telas e sua pressão consumista, exibicionista e voyeurística, assim como as possibilidades de expressão e de pertença que oferecem.

A *exploração* não exclui a violência, mas não necessariamente implica a eliminação física de quem a sofre, como efetivamente ocorre com a aniquilação. De fato, o comum é que a exploração, enquanto instrumentalização do outro, costuma requerer a preservação da existência de quem a sofre para conveniência do explorador. É possível identificar pelo menos três formas de exploração: *abuso sexual e maternidade infantil; trabalho infantil e castigo físico*. O trabalho infantil indica precariedade sociomaterial e o castigo físico confirma práticas de criação autoritárias enraizadas culturalmente que, em princípio, podem afetar meninos e meninas por igual (Orellana, 2018). Mas o abuso sexual e a maternidade infantil constituem formas de exploração que se ligam violenta e especialmente, de forma quase exclusiva, com as meninas que, sem rodeios, implicam na perda da infância ao deixá-las expostas, com tão poucos anos, a demandas e experiências adultas muito complexas e avassaladoras.

Fazer viver e fazer morrer como tensão política

As dinâmicas e processos que entram na categoria de caducidade constituem misturas biopolíticas e tanatopolíticas. Isto é, formas de poder que se exercem sobre a “população infância” que permutam constantemente entre a gestão e a produção da vida (registro de crianças deslocadas, criação de instâncias para a atenção de migrantes, a obrigatoriedade da maternidade em face da proibição do aborto em todas suas formas) e a produção, súbita ou latente, de morte (homicídios de jovens, a migração irregular com seus perigos, agressões sexuais e gravidez infantil que derivam em suicídio) (Foucault, 2009; Yate Arévalo; Díaz Rodríguez, 2015).

Embora tenha sido dito que a política - as instituições, o estado de direito, os tratados - era essencial para a proteção das crianças do mundo inóspito que as rodeia, os processos de caducidade demonstram precisamente a vulnerabilidade de grande parte da infância salvadorenha e a vigência de tendências biopolíticas e tanatopolíticas. Confirma-se assim a distorção, a impotência e até a desativação da política própria de um estado de direito democrático como instrumento de garantia de bem-estar e proteção da infância. A caducidade expõe contradições abertas como contar com leis que não se aplicam, com instituições reumáticas ou discursos para parar a migração que calam frente à persistência de condições que a provocam. A biopolítica e a tanatopolítica configuram

um cenário de tensão simultânea entre a inclusão e a exclusão. Um estado de exceção que dilui os limites entre o jurídico e o não-jurídico (Gil, 2010), que se (des)aplica sobre corpos com vida, porém indefesos, ao se encontrar excluídos do sistema a partir de uma inclusão marcada pela caducidade.

Reflexões finais

A caducidade retrata um conjunto de práticas sociais deletérias que, na atualidade, afetam grande parte da infância e da juventude salvadorenha além da violência, mas sem desconsiderá-la nem subestimar seus desmedidos efeitos. A gravidade de arrancar a vida a tantas crianças não deve fazer perder de vista que, embora muitos sejam devorados pelo país-Saturno, muitos mais são os que observam - e resistem, às vezes indefesos, às vezes fugindo e às vezes devolvendo as mordidas a adultos e outras crianças por igual – enquanto, a partir da fragilidade das suas existências, assistem expectantes à sólida possibilidade de chegar a ser os seguintes em experimentar a caducidade.

A caducidade revela-se por seus efeitos mas, como foi exposto, esta constitui um indício inequívoco da vigência de certos arranjos sociais: sociedades violentas, evidentemente, mas também democracias e economias de mercado nas quais o cidadão existe e vale na medida em que tem e segundo mimetize sua vida com o ciclo interminável de uso e desuso das mercadorias. Mas a caducidade também atualiza práticas sociais patriarcais e autoritárias em que a instrumentalização, a possessividade masculina e o avassalamento da existência das crianças resultam evidentes. A infância se encontra sob ameaça devido a configurações sociais e institucionais que pulverizam os horizontes da vida, mas também devido ao funcionamento de uma política que assiste silenciosa e com impotência à dilapidação das supostas “gerações de revezamento” ao “futuro da nação”, ao “dividendo demográfico” que se supõe constituir hoje um capital humano para os países (é o caso pelo menos dos países de América Central; ver PEN, 2016).

Quando a ameaça existe em uma realidade dada e, por conseguinte, são identificáveis processos multifacetados e persistentes de caducidade, o olhar acadêmico dominante costuma olhar raridades. A academia dominante – falo, sobretudo, da Psicologia do Desenvolvimento -, costuma conceber o ciclo da vida de crianças e jovens como trajetórias vitais lineares e relativamente estáveis, consonantes a condições sociomateriais que propiciam tanto esse equilíbrio como essa hegemonia na produção de conhecimento. Mas, se a circunstância é adversa (existe desnutrição, maltrato, abandono), essa recebe tratamentos marginais, “re-enquadramentos” nos textos que abstraem ou cortam o feio da construção ideal desenvolvida para reafirmar sua excepcionalidade. Porém, onde o excepcional é norma, onde o restritivo resulta prescritivo, quando se pensa em, e a partir de, sociedades inóspitas, muitas teorias e categorias na hora de serem utilizadas revelam-se insuficientes e impelem a reinventar tanto as perspectivas de análise na prática, como no posicionamento do trabalho acadêmico (Orellana, 2016).

A constância e a desproporção da infância sem vida, perseguida ou coisificada, refutam qualquer atribuição de excepcionalidade. Mais ainda quando é somada à cifra obscura

que evita os registros para terminar no esquecimento, em uma constatação de que, em países como El Salvador, a realidade costuma ser pior do que parece. Um país-Saturno constitui uma fábrica de infância anômala - crianças assassinadas e assassinas, crianças “não acompanhadas” que se acompanham entre si e migram de forma irregular, infância e juventude LGBTI forçada a fugir por ter identidades proscritas, meninas que parem meninas -, fruto da metástase própria da anomalia primeva de um mundo adulto infanticida e antropófago. Se a anomalia é generalizada, pelo mesmo motivo, deve ser assumida como uma fonte epistemológica, como matéria prima de desconstrução crítica, assim como de questionamento às análises que persistem em tratá-la como uma extravagância fenomenológica.

A noção dominante que sustenta que o ciclo vital de uma pessoa acontece em etapas e segundo o sucesso relativo que consiga em cada uma delas não parece se adequar a ciclos de vida *massiva e predominantemente desvantajosos* como os que capturam os processos de caducidade. Nessas condições, o mais provável é identificar processos de interrupção (por exemplo, morte) ou de colapso (por exemplo, adultização) e, portanto, de demarcação difusa entre etapas de desenvolvimento e suas supostas tarefas associadas. Quando a anomalia social é frequente e persistente, como ocorre em El Salvador, a reflexão acadêmica enfrenta o desafio de pensar o que se supõe que deveria ser transitório como permanente como objeto de estudo. Da mesma maneira que é comum em El Salvador o fato de nunca se obter documentos de propriedade, a escola ficar suspensa indefinidamente, ou o trabalho precário informal se perpetuar sem possibilidades de aposentadoria, também o é para muitas crianças o definitivo homicídio, o tortuoso deslocamento forçado que implica um prolongado limbo material e legal, assim como a prisão perpétua existencial das sequelas do abuso sexual. A faminta caducidade que consome a infância salvadorenha exige olhar além da violência, mais perto das visões progressivas e homeostáticas, e situadas na vida social que emerge, sucumbe e resiste sob ameaça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBA RICO, S. **Leer con niños**. 2. ed. Barcelona: Caballo de Troya, 2007.

_____. **Penúltimos días**. Mercancías, máquinas y hombres. Madrid: Catarata, 2016.

BAUMAN, Z. **La Globalización**. Consecuencias Humanas. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

BOLAÑOS CÁMBARA, F.; RIVERA, M. **Los jóvenes nini en El Salvador**. San Salvador: FUNDAUNGO, 2016.

CRISTOSAL. **Visibilizar lo invisible. Huellas ocultas de la violencia**. Informe de desplazamiento interno forzado por violencia en El Salvador en 2017, 2017. Disponible en: <<https://www.cristosal.org/publications>>. Recuperado el 20 abr. 2018.

DADA, C. Roque en Saturno. In: FONSECA, D. (Org.). **Creer a Golpes**. Crónicas y ensayos de América Latina a cuarenta años de Allende y Pinochet. New York: C.A. Press/Penguing Group, 2013. p. 188-201.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (DIGESTYC). **Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples 2017, 2018**. Disponible en: <<http://www.digestyc.gob.sv/index.php/temas/des/ehpm/publicaciones-ehpm.html>>. Recuperado el 30 may. 2018.

FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA (UNICEF). **Hidden in Plain Sight**. A Statistical Analysis of Violence Against Children, 2014. Disponible en: <http://www.unicef.org/publications/index_74865.html>. Recuperado el 26 oct. 2017.

FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA (UNICEF). **Niños en un mundo digital**. Estado Mundial de la Infancia 2017. Disponible en: <https://www.unicef.org/spanish/publications/files/SOWC_2017_SP.pdf>. Recuperado el 13 jul. 2018.

FONDO DE POBLACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (UNFPA). et al. **Maternidad y Unión en niñas y adolescentes**: Consecuencias en la vulneración de sus derechos. El Salvador 2015, 2016. Disponible en: <<https://elsalvador.unfpa.org/es/publications>>. Recuperado el 13 jun 2018.

FOUCAULT, M. **Historia de la sexualidad 1**. La voluntad de saber. (3. ed.). Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2009.

FUNDACIÓN GUILLERMO MANUEL UNGO (FUNDAUNGO). **Evolución de los homicidios en El Salvador, 2009 - junio de 2016**. Boletín 04: Aportes al debate sobre la seguridad ciudadana, 2016. Disponible en: <http://www.fundaungo.org.sv/pdf/2016/28112016_Aportes_4homicidios.pdf>. Recuperado el 04 oct. 2017.

GIL, M. Introducción a la Biopolítica: una mirada en torno a la inclusión y a la exclusión. In: SIERRA, M. (Org.). **Biopolítica**. Reflexiones sobre la gobernabilidad del individuo. Madrid: S & S Editores, 2010.

KIND; CENTRO DE DERECHOS HUMANOS FRAY MATÍAS DE CÓRDOVA. **Niñez Interrumpida**: violencia sexual y por motivos de género contra niñez migrante y refugiada centroamericana, 2017. Disponible en: <http://cdhfraymatias.org/web/wp-content/uploads/2017/06/Ninez-Interrumpida-En-esp%C3%B1ol_Full-Version.pdf>. Recuperado el 17 jun. 2018.

LA PRENSA GRÁFICA (LPG). Dos menores de edad son asesinados cada tres días en el país, **La Prensa Gráfica**, San Salvador, ene. 2017. Disponible en: <<https://www.laprensagrafica.com/elsalvador/Dos-menores---de-edad-son-asesinados-cada-tres-dias-en-el-pais-20170130-0079.html>>. Recuperado el 12/05/17.

Mc EVOY, C.; HIDEG, G. **Global Violent Deaths 2017**. Time to decide, 2017. Disponible en: <www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/U-Reports/SAS-Report-GVD2017.pdf>. Recuperado el 26 mar. 2018.

MINISTERIO DE SALUD/INSTITUTO NACIONAL DE SALUD; UNICEF. **Encuesta Nacional de Salud 2014 - Encuesta de Indicadores Múltiples por Conglomerados 2014**, resultados principales. San Salvador, El Salvador: Ministerio de Salud/Instituto Nacional de Salud, 2014. p. 1-25.

OBSERVATORIO DE MIGRACIÓN. **Personas salvadoreñas retornadas según categoría de edad y sexo, 2018**. Disponible en: <<http://omi.uca.edu.sv/cms>>. Recuperado el 14 jun. 2018.

ORELLANA, C.I. El desafío de construir una Psicología del desarrollo crítica en sociedades inhóspitas. **Revista Costarricense de Psicología**, v.35, n. 2, p. 67-82, 2016.

ORELLAN, C.I. El autoritarismo de derechas como sustrato psicosocial de odio. **Teoría y Praxis**, v.16, n. 32, p. 105-136, 2018.

PEW RESEARCH CENTER. **Religión en América Latina**. Cambio generalizado en una región históricamente católica, 2014. Disponible en <<http://www.pewforum.org/files/2014/11/>>

PEW-RESEARCHCENTER-Religion-in-Latin-America-Overview-SPANISHTRANSLATION-for-publication-11-13.pdf>. Recuperado el 28 abr. 2016.

PROGRAMA DEL ESTADO DE LA NACIÓN (PEN). **Quinto informe Estado de la región en Desarrollo humano sostenible**. San José: Programa Estado de la Nación, 2016.

SAVE THE CHILDREN. **En deuda con la niñez**. Informe sobre la niñez en el mundo 2017. Disponible en: <http://savethechildren.org.do/wp-content/uploads/2015/08/EndofChildhood_Report_2017_SPANISH.pdf>. Recuperado el 28 jul. 2017.

YATE ARÉVALO, A.; DÍAS RODRÍGUEZ, C. De la «tanatopolítica» hacia la universalización de la racionalidad económica: «tanatoeconomía». **Revista Colombiana de Bioética**, v.10, n. 1, p. 117-133, 2015.

RESUMO

O artigo utiliza a metáfora da ameaça para aludir ao efeito combinado e persistente de processos que minam a vida e o bem-estar da infância em El Salvador. Esse conjunto de processos se identifica como processos de caducidade ao forçar a interrupção da funcionalidade existencial da infância. Identificam-se e oferecem-se indicadores de pelo menos três formas de caducidade: aniquilação, expulsão e exploração. A identificação destes processos sugere que a política que realmente se aplica nessas condições responde, simultaneamente, a uma biopolítica e a uma tanatopolítica. Conclui-se com reflexões que, considerando condições adversas de vida bastante inamovíveis como as que experimentam milhares de crianças em El Salvador, exigem considerar a anomalia como fonte de conhecimento e o supostamente provisório como permanente.

Palavras-chave: violência, infância, biopolítica, política, caducidade.

DATA DE RECEBIMENTO: 30/05/2018

DATA DE APROVAÇÃO: 05/08/2018



Carlos Iván Orellana

Doutor em Ciências Sociais, FLACSO - Programa Centroamericano. Formação acadêmica e profissional em Psicologia Social e Política, Universidad Centroamericana (UCA), El Salvador. Pesquisador da Universidad Don Bosco, El Salvador.

Email: psi.ciorellana@gmail.com /
ivan.orellana@udb.edu.sv



IMAGEM: Pxhere

Biblioteca 21 de abril: experiências coletivas junto a crianças e jovens do sertão cearense, Brasil

Raimundo Augusto Martins Torres

Leidy Dayane Paiva de Abreu

Aretha Feitosa de Araújo

Maria Rocineide Ferreira da Silva

“Um país se faz com homens e livros.”

Monteiro Lobato

A educação do campo envolve uma multiplicidade de identidades, culturas e crenças, uma vez que seu significado está ligado à terra, ao trabalho, às relações instituídas entre si, às dinâmicas estabelecidas com a cultura letrada.

O campo é mais que um perímetro não urbano. É um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (Brasil, 2001).

A dinâmica social contemporânea intensificou e ampliou a circulação da cultura escrita no meio urbano e em meio à população do campo, locais onde a relação com a escrita ocorre em diversos níveis e a leitura passa por múltiplas formas, como nos espaços das bibliotecas (Manke, 2013).

A biblioteca é um ambiente de socialização, interações, mediações e espaço democrático de convivência. Assim, as bibliotecas comunitárias têm o papel da inovação social no contexto comunicacional e informacional como recurso extensivo às ações de cidadania e de transformação de realidades locais (Cavalcante; Feitosa, 2011).

Nos últimos anos, muitas são as iniciativas populares de criação de bibliotecas comunitárias no Brasil. Empiricamente, ações individuais e coletivas vão se constituindo, visando ao enfrentamento das dificuldades surgidas no cotidiano pela falta de acesso à informação e à leitura. De certa forma, é no compartilhamento dessas dificuldades enfrentadas que moradores de comunidades, carentes de políticas informacionais e do papel do Estado, unem-se para potencializar recursos, cultura, talentos, criatividade e força política para o empoderamento comunitário.

A experiência tem como objetivo descrever as práticas coletivas, culturais e de leitura junto a crianças da Associação dos Jovens do Irajá – AJIR/Biblioteca 21 de Abril, distrito de Hidrolândia/CE, com base nos Círculos de Cultura de Paulo Freire.

Os Círculos de Cultura promovem a horizontalidade na relação educador-educando e a valorização da oralidade e das culturas locais, podendo ser didaticamente estruturados em momentos, como: a investigação do universo vocabular, do qual são extraídas palavras geradoras; a tematização e a problematização (Freire, 2003).

A escolha pelo Círculo de Cultura visa a ensejar uma vivência participativa das crianças e jovens da AJIR/Biblioteca 21 de Abril, com ênfase no diálogo, reflexão sobre a realidade em que se vive e com o entrelaçamento das linguagens, evidenciando as problemáticas a serem discutidas pelo grupo, instigando o debate e constituindo uma rede de significados. O Círculo de Cultura é um campo profícuo para a reflexão-ação na elaboração coletiva de uma proposta sistematizada para uma educação em saúde emancipatória (Brandão, 2011).

Essa experiência está de acordo com a Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (Brasil, 2012). O projeto foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa na Universidade Estadual do Ceará – UECE. É um projeto guarda-chuva, isto é, faz parte de um projeto maior de extensão e pesquisa intitulado “Uso da web-rádio na formação e no cuidado em saúde: experimentando estratégias de comunicação e educação em saúde com as juventudes”, com o seguinte CAAE: 58455116.50000.5534. A abordagem aos participantes se deu da seguinte forma: foram feitas as devidas apresentações entre pesquisador e pesquisado, esclarecendo os objetivos e propósitos da investigação.

Por se tratar de participação de menores de idade, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE foi explicado aos participantes do estudo. Tendo tomado conhecimento, eles foram indagados sobre a possibilidade de participarem no estudo e sobre a liberação de fotos e falas. Antecedendo essa etapa a explicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE aos pais das crianças ou outro responsável legal. Mediante a resposta positiva dos responsáveis e dos jovens, iniciamos as atividades.

O desenrolar da experiência é descrito em dois tópicos: o caminhar da experiência – como tudo começou: de Irajá para o mundo; e tecendo experiências coletivas de leitura e cultura junto às crianças da Biblioteca 21 de Abril por meio da apreensão do real.

Descrevendo a experiência

O caminhar da experiência – como tudo começou: de Irajá para o mundo

Em uma pequena localidade denominada de Irajá que, na língua indígena quer dizer “Favos de Mel”, a vontade de um grupo de jovens de se mobilizar era marcante no período que correspondia à década de 1980.

Irajá é um distrito do município de Hidrolândia, situado a 273 km de Fortaleza, geograficamente localizado na região Centro-Norte do Estado (IBGE, 2010). Em um número de trinta ou mais indivíduos, o grupo de jovens no sertão do Ceará afirmava grande vontade em dar sentido às suas vidas, em uma época rodeada de adversidades de ordem social, cultural e política, pela precariedade e limitações. Criar formas de estudar e aprender era necessário naquele contexto, pois deixar de sonhar não era a melhor alternativa.

De maneira tímida, em um pequeno espaço ocupado pelos jovens, reuniões aconteciam para planejar eventos escolares, como festas das mães, dia do estudante e gincanas. Outros espaços para além dos muros da escola, como a Igreja, também eram ocupados através da participação na festa do padroeiro, com os corais infantis e nas peças teatrais durante a Semana Santa, na Paixão de Cristo. Contudo, quando esses espaços tornavam-se insuficientes, isso não gerava dificuldade para a realização das ações de juventude daquele contexto: as ruas passavam a ser palco para as atividades juvenis do grupo (Torres, 2009).

O movimento popular entre os jovens, não mais se limitando às datas festivas apenas, cria, em 20 de abril de 1987, a Associação dos Jovens de Irajá – AJIR, trazendo a proposta de tematizar um movimento popular de crianças e jovens marcado pelo histórico das vidas dos seus sujeitos.

O espaço de Educação Popular AJIR foi construído com o desejo dos jovens do interior cearense de implantar uma biblioteca comunitária no distrito de Hidrolândia, nos anos de 1980. Logo, a juventude fez a ocupação permanente do espaço doado pela Prefeitura e fundou a Biblioteca Comunitária 21 de Abril, denominada assim por ser criada na mesma data em que realizam a reforma e organização do espaço que passa a ser a sede da Associação.

A criação de bibliotecas comunitárias é, portanto, um movimento colaborativo de partilha e convivência entre seres plurais, de rica competência cultural e humana para o combate à exclusão informacional. É possível verificar ainda que essas iniciativas visam a suprir a ausência dos poderes públicos e a ineficácia das bibliotecas públicas no Brasil, especialmente na região Nordeste, na maioria das vezes ainda distantes das periferias e das localidades mais carentes e afastadas dos centros urbanos. Uma das características do dinamismo desses espaços comunitários é a forte presença da ação popular em relação ao trabalho sociocultural desenvolvido por meio do teatro, dança, música, artes em geral, produzido por seus indivíduos cotidianamente (Cavalcante; Feitosa, 2011).

A motivação para a construção desse cenário de práticas pedagógicas de leitura, arte e criatividade, deu-se a partir do potencial imagético e representacional das crianças e jovens sertanejos, problematizando a forma como tais construções coletivas se dão em seu tempo e espaço de representações por meio de suas realidades, repletas de imagens narrativas. Tais imagens representam tipos humanos, costumes e lugares associados à vida cotidiana, tomando-os agentes que contribuem com a elaboração de discursos que circularam por diversos espaços, inclusive pelo próprio sertão, os quais auxiliam na constituição de um imaginário cada vez mais amplo sobre a leitura.

Nesse ambiente, os irajaenses se reuniam para planejar e executar as atividades culturais. No entanto, como as políticas de incentivo à educação formal, ao trabalho e renda, à cultura e ao lazer inexistiam na época, parte dos jovens, influenciada pelos seus projetos de vida, migravam para os grandes centros urbanos, como Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo. O movimento vai, então, perdendo forças, mas não perde a sua essência juvenil (Torres, 2009).

Assim, após os quase 15 anos em que os movimentos da AJIR ficaram sem atividades, rodas de conversa começaram a surgir em meio à nova juventude irajaense e, dessa vez, com a participação de alguns jovens que cursavam o Ensino Superior nas universidades do Estado. Nessas rodas, a ideia era retomar as atividades com uma festa de lembranças da época. O primeiro passo, nesse sentido, foi a reabertura da Biblioteca 21 de Abril, ponto de encontro dos jovens, a qual permanecera fechada de 1993 a 2008. A partir de muitas ideias, foi lançada a proposta de um evento cultural, denominado de AJIRtação (com atividades de danças, jogos e arte/saúde), além da elaboração de outros projetos.

O evento aconteceu em três anos subsequentes (2008, 2009, 2010) e, com eles, alguns recursos foram conquistados com o apoio financeiro de seus associados. Foi por meio da premiação do Projeto “Em Sintonia com a Saúde (S@S)”, através da Web-Rádio AJIR/UECE, em 2010 (Editais Cultura e Saúde, Ministério da Cultura e Ministério da Saúde e Prêmio Sérgio Arouca de Participação Popular – MS/SGPE) que recursos financeiros foram conquistados de forma suficiente para a reforma da Biblioteca 21 de Abril e sua reabertura. Este trabalho propiciou a parceria com a Universidade Estadual do Ceará – UECE, através da montagem de um canal digital denominado de Web-Rádio AJIR.

A tecnologia desse canal foi desenvolvida por um jovem estudante do curso do ensino médio, integrante da AJIR, e por um professor da UECE, membro fundador e presidente da AJIR, ambos membros do LAPRACS – Laboratório de Práticas Coletivas em Saúde/CCS/Pró-Reitoria de Extensão da UECE. O objetivo do canal era tornar-se uma metodologia de ensino por meio dos áudios via *internet*, com palestras, cursos, programas, seminários entre os jovens universitários e os jovens de Irajá, através das Tecnologias de Informação e Comunicação.

O canal digital de educação popular e saúde, hoje, ampliou-se, estabelecendo atividades de ensino, extensão e pesquisa com as escolas da rede pública, estabelecendo parcerias com outras Universidades e cursos de graduação de forma multidisciplinar, por meio da ligação entre várias cidades do Ceará, do Brasil e de outros países a partir do longo alcance que a *internet* possibilita nos territórios para além-fronteiras.

Para esse momento, focaremos no espaço da Associação dos Jovens do Irajá – AJIR, mais especificamente na Biblioteca 21 de Abril. Após alguns anos sem muitos empreendimentos, o movimento é retomado com força e garra por alguns membros da juventude da década de 1980/90 e novos integrantes da geração 2000, mais especificamente de 2014. De modo que a reativação da Biblioteca 21 de abril (com a reforma do prédio e melhoramento do acervo, entre outros), com a construção de uma agenda cultural, social e esportiva, está sendo tocada à frente como proposta de formação e ativismo cultural.

Além disso, foi através da doação do Baú da Leitura para o projeto de Leitura da AJIR “Clubinho de Leitura do Baú – CLB: Narradores do Sertão”, uma doação feita pela Companhia de Energia do Ceará – Coelce, que se iniciaram as “Histórias do Baú”. Esse projeto, implantado em 2014, tem como objetivo incentivar a leitura e a escrita, bem como a formação de novos leitores e escritores no distrito de Irajá – Hidrolândia/Ceará, utilizando o acervo bibliográfico e literário da Biblioteca 21 de abril.

Assim sendo, trabalhamos com a socialização e inclusão dessas crianças e jovens irajaenses por meio de uma leitura significativa, pois, dessa forma, estaremos contribuindo para a ampliação do acesso a outras manifestações culturais, possibilitando à juventude melhores perspectivas de vida no sertão do Ceará.

As atividades de extensão têm por significado ampliar possibilidades de resignificação das práticas de leitura literária e promover o diálogo através da realidade das crianças e jovens do campo, mais conhecidas pela realidade local como crianças e juventudes

do sertão nordestino em seus territórios, de forma singularizada aos cenários de vida desses sujeitos, uma comunidade carente de espaços culturais e de socialização.

A escolha desse local acontece por se considerar que esses sujeitos estão imersos em contextos culturais diversos que necessitam ser explorados. Portanto, esse espaço traz a liberdade de produzir arte e cultura, mediadas pelos cotidianos de suas experimentações e vivências em grupos, em território de produção de vida.

Tecendo experiências coletivas de leitura e cultura junto às crianças da Biblioteca 21 de Abril por meio da apreensão do real

Entendemos que o mergulho no universo de uma história pode começar antes da leitura e não finda no instante em que acaba o texto, uma vez que a narrativa pode ser revisitada ou lembrada pela memória, através de conversas sobre ela e outras vivências. Por essa razão, trazemos a proposta de uma educação libertadora que possa ampliar o campo de experiências das crianças e jovens, favorecendo a ampliação de seus imaginários.

A experiência é dividida nas seguintes etapas:

- **Funcionamento:** apresentamos as atividades do projeto de extensão e pesquisa da Associação dos Jovens do Irajá – AJIR/Biblioteca 21 de Abril, com a participação ativa dos pesquisadores, enfermeiros(as) mestres e doutor da Universidade Estadual do Ceará, representantes da AJIR, e duas monitoras, estudantes de pedagogia da comunidade Irajense, na coordenação e acompanhamento pedagógico das atividades culturais, de leitura, artística e logística junto às crianças e jovens desse território, por meio do projeto Baú da Leitura. As atividades acontecem semanalmente, aos sábados, de 8h às 12h, na Biblioteca 21 de Abril.

O trabalho desenvolvido no projeto parte de ações metodológicas geradoras de processo dinâmico para a realização das ações, que vão se construindo de modo reflexivo, articulado, político e técnico para o desenvolvimento local e em âmbito sociocultural.

- **Planejamento:** para o cadastro dos participantes no projeto do Clubinho de Leitura do Baú – CLB, apresentamos aos pais a proposta do projeto e convite. Ao todo, são 25 crianças e jovens. Nesse ambiente, reunimo-nos para planejar e executar as atividades culturais, expressões artísticas por meio de leituras dos livros, em que são produzidos desenhos, apresentações teatrais, dança, leitura, poemas, redações e diálogos sobre a cultura popular. A experiência traz em destaque as ações realizadas em outubro de 2016.

Ao considerar que se trata de uma experiência que articula questões de ordem subjetiva como raízes culturais, sentimentos, comportamentos, reflexões, discussões e síntese resultante da produção coletiva, foram utilizados, para a coleta de informações, conversas informais, observação *in loco* e registro em diário de campo.

Foram registradas experiências, impressões e identificação do universo vocabular dos participantes. Observou-se por meio dos diálogos e leituras que o grupo está inserido no contexto de palavras geradoras que envolvem afeto, amorosidade, família, história e cultura popular.

O universo vocabular é de impressionar quanto à maneira como uma realidade social existe na vida e no pensamento dos seus participantes. É a descoberta coletiva da vida por meio da fala, do mundo através da palavra. Essa primeira etapa pedagógica do método foi denominada por Freire com diversos termos semelhantes: “levantamento do universo vocabular” (em *Educação como Prática da Liberdade*); “descoberta do universo vocabular” (em *Conscientização*); “pesquisa do universo vocabular” (em *Conscientização e Alfabetização*); “investigação do universo temático” (em *Pedagogia do Oprimido*) (Brandão, 2011).

Como coordenadores e facilitadores, buscamos apresentar práticas educativas voltadas para a educação popular e temas relacionados à realidade das crianças e jovens, possibilitando aproximação, interação e diálogo entre o conhecimento técnico e o popular.

O encontro foi organizado em três momentos, a saber: acolhimento; desenvolvimento e avaliação.

- **Acolhimento:** participaram as 25 crianças e jovens no projeto. Foi realizada a dinâmica de grupo conhecida como o “Presente”, para promover a interação e descontração.

As dinâmicas se apresentaram como um espaço no qual os participantes refletiram e discutiram questões de interesse mútuo. No momento de acolhimento, os participantes falaram de seus sonhos profissionais, realizações pessoais, a importância da família, amigos e da AJIR em suas vidas, além de conhecerem novos mundos através da leitura.

O diálogo possibilita a ampliação da consciência crítica sobre a realidade ao trabalhar a horizontalidade, a igualdade em que todos procuram pensar e agir criticamente com suporte na linguagem comum, captada no próprio meio onde vai ser executada a ação pedagógica e que exprime um pensamento baseado em uma realidade concreta. Nessa perspectiva, o diálogo tem a amorosidade como dimensão fundante, contrapondo-se à ideia de opressão e dominação (Freire, 2011).

- **Desenvolvimento:** pedimos para cada participante escolher um livro com que se identificasse e, depois, que ficassem em círculo e contassem uma experiência sobre o livro que escolheram.

A ideia do Círculo nos remete a um espaço onde todos são inseridos de forma igualitária e sob o olhar uns dos outros. Nessa proposta, os participantes formam a figura geométrica do círculo e são acompanhados por um facilitador ou facilitadora das discussões que, como alguém mais experiente, participa de uma atividade comum em que se ensina e se aprende, sempre incentivando a participação e a escuta (Brandão, 2011).

Os campos de experiências a serem explorados são as atividades que contribuem para a imersão dos apreciadores no universo da história, que acontece, muitas vezes, através da organização de Círculos de Cultura, procedimento de mediação de grupo (Freire, 2003). Essas atividades foram pensadas de forma que pudessem contribuir para dar sentido aos textos e ampliar as vivências criativas, a favor do exercício dialógico que incentiva processos educativos com postura participativa.

A maior qualidade pedagógica do Círculo de Cultura de Freire (2011) é o permanente incentivo ao diálogo. Em uma proposta como essa, os participantes vão muito além do aprendizado individual. No Círculo de Cultura, faz-se uma leitura do mundo, de suas características, normas e seus afetos. Nele, aprendemos e ensinamos modos próprios de pensar e de agir diante do mundo. Pensar Círculos de Cultura para apresentar os textos, ou mesmo dialogar sobre seu enredo, antes ou após a leitura, certamente ampliará os campos de experiências a serem explorados pelas crianças e jovens.

Grande parte (12 deles) escolheu livros similares, com castelos, casarões, patrimônios históricos tombados e, quando perguntados sobre o porquê da escolha dos temas, responderam que, em seu distrito, têm muitas casas antigas, como o casarão ao lado da AJIR, o que representava a história da cidade, além do fato de eles sonharem com suas casas próprias, que a maioria não possui. Devido a isso, as crianças e os jovens ficavam encantados com os casarões e castelos.

Os participantes mencionaram, ainda, a leitura sobre as práticas populares, o reconhecimento das plantas medicinais, as parteiras e rezadeiras como parte de seus cotidianos de vida, citando que usam plantas medicinais para os chás e que já tiveram a oportunidade de receber uma reza para curar suas enfermidades. Dez dos participantes citaram que nasceram em casa com a ajuda de parteiras, que eram suas avós, pois, no distrito, não tem hospital, sendo encontrado apenas na sede do município.

Observou-se, na atividade de desenvolvimento, a confirmação do universo vocabular dos participantes visto nas visitas e observações *in loco*. Posteriormente, foi pedido para que eles criassem a logomarca do projeto. Todos desenharam e, em um momento de união e confraternização, escolheram um desenho que todos gostassem (Figura 1).

Figura 1: Logomarca escolhida pelos participantes do Clubinho de Leitura do Baú – CLB, distrito de Irajá, cidade de Hidrolândia – Ceará, 2016. Fonte: Associação dos Jovens do Irajá.



A vivência favoreceu o diálogo: os participantes apreciaram seu enredo, a logomarca, identificaram seus contextos e refletiram sobre os acontecimentos apresentados. Segundo Paulo Freire (2003), o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, transformam-no, e, transformando-o, humanizam-no para a humanização de todos.

É evidente que os livros proporcionam aos participantes um infinito acesso ao saber. A ação desses livros no imaginário das crianças e jovens e sua potencialidade na formação de novos leitores geram uma reflexão sobre os lugares que a Literatura ocupa dentro dos espaços coletivos.

Pensamos que esse é o maior contributo de um Círculo de Cultura nessa proposta, afinal, todos juntos podemos aprender, tornar-nos sujeitos, seres de história, de palavras e de ideias, que são as chaves para se abrirem portas de muitos mundos, de acordo com o pensamento freireano.

Monteiro (2007) menciona que as experiências promissoras desencadeadas por Paulo Freire, ante a efetivação prática desse conjunto de pensamentos e atitudes, buscaram uma legítima educação como processo de inclusão e cidadania e fomentaram o movimento de Educação Popular. Essa educação frutífera transcende a modificação dos métodos de educar e transforma as pessoas, antes passivas, em partícipes na transformação da realidade, pois, ao mesmo tempo que educa e politiza as pessoas, desperta-as para a consciência crítica das possibilidades e dos compromissos com a construção de um mundo mais solidário.

Posteriormente, esse universo de palavras foi tematizado e problematizado, quando foram realizadas leituras coletivas e, em seguida, foram feitos desenhos, redações, poemas, músicas, danças e teatro sobre o tema, apresentados no dia das crianças e jovens para os familiares e comunidade.

A tematização é o processo no qual os temas e palavras geradoras são codificados e decodificados, buscando-se a consciência do vivido, o seu significado social, o que possibilita a ampliação do conhecimento e a compreensão dos educandos sobre a própria realidade, na perspectiva de intervirem criticamente sobre ela (Brandão, 2011). O importante não é transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida.

A educação popular, por meio da arte e cultura, proporcionou a apresentação de significados que os jovens constroem em suas vivências, promovendo o solidarismo comunitário e a troca de experiências na reflexão com ação, pois as manifestações culturais se colocam como um caminho pelo qual as pessoas ganham significação como sujeitos e conquistam o mundo para a sua libertação.

A Educação Popular é uma educação comprometida e participativa, orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Não é uma educação fria e imposta, pois se baseia no saber da comunidade e incentiva o diálogo (Barbosa, 2008).

A experiência favoreceu a problematização experienciada na comunidade local, em que se incentivou e estimulou a utilização e a expressão de diferentes formas de linguagem e representação da realidade das juventudes.

Além disso, a ação de problematizar enfatiza o sujeito prático, que discute os problemas surgidos da observação da realidade com todas as suas contradições, buscando explicações que o ajudem a transformá-la. O sujeito, por sua vez, também se transforma na ação de problematizar e passa a detectar novos problemas na sua realidade, e assim sucessivamente.

Nesse sentido, a problematização emerge como momento pedagógico, como práxis social, como manifestação de um mundo refletido com o conjunto dos atores, possibilitando a formulação de conhecimentos com base na vivência de experiências significativas (Abreu *et al.*, 2013).

Nossa experiência se pautou na Educação Popular por poder ser aplicada em qualquer contexto, mas principalmente por suas aplicações serem mais comuns em assentamentos rurais, em instituições socioeducativas, em aldeias indígenas. A prioridade é dada a movimentos sociais, por serem estes os canais pelos quais se faz ouvir a voz das maiorias.

A Educação Popular é uma educação comprometida e participativa, orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Sua principal característica é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino. É aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores de seu cotidiano (Brandão, 2011).

- **Avaliação:** a avaliação é realizada a cada encontro, de acordo com as impressões dos participantes. Para isso, foi utilizada uma pergunta norteadora: “Como vocês estão saindo desse encontro?”

No momento da avaliação, foi possível compreender o impacto e a mudança nas produções de vida que o Círculo de Cultura proporcionou às crianças e aos jovens do sertão. O Círculo de Cultura favorece o incentivo e estímulo à utilização e à expressão de diferentes formas de linguagem e representação da realidade (Padilha, 2003).

As crianças e jovens receberam de forma positiva as atividades propostas, por entenderem que o desenvolvimento das ações ocorre a partir deles como atores principais do processo de ensino-aprendizagem.

A liberdade dos diálogos no grupo e das expressões artísticas dos participantes proporcionou resultados satisfatórios, com o estabelecimento de vínculos e troca de saberes acerca do tema de interesse dos participantes, com diálogos, em que se pôde ver que as expressões artísticas simbolizam, para esses atores sociais, sonhos, realizações pessoais, a importância da família, amigos e as lembranças de histórias vividas em seus cenários de vida.

Considerações finais

O momento de oportunidade, de promoção do diálogo e cultura junto a crianças e jovens no sertão cearense requer novos olhares, novos desafios e atitudes de construção por parte de atores sociais corresponsáveis diante de movimentos sociais e estímulos comunitários, produzindo significados nesses territórios emergentes, com possibilidade de melhorias para essas localidades.

Reescrevendo páginas de uma história, nas quais todos são agentes de um contexto em transformação, no ideário da educação emancipatória, com justiça social, os Círculos de Cultura adentram as ações de extensão no território nordestino com o intuito de fortalecer a ação de todos que fazem parte da troca de experiências, por fortalecerem processos de *empowerment* dos coordenadores e participantes no exercício de sua cidadania como sujeitos de uma história em transformação.

Nesse sentido, esse projeto busca considerar e sensibilizar a extensão na universidade, com vistas a contribuir para a discussão sobre esses cenários e sujeitos, considerando a cultura e o lazer como produções de vida, histórias e relações como possibilidades de realizar experiências coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, L. D. P. *et al.* Abordagem educativa utilizando os Círculos de Cultura de Paulo Freire: experiência de acadêmicos de enfermagem no “Grupo Adolescer”. **Adolesc. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 66-70, out/dez. 2013.

BRANDÃO, C. R. **O que é o método Paulo Freire**. 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo/Parecer 36/2001**. Brasília: MEC/SEB, 2001.

CAVALCANTE, L. D. E.; FEITOSA, L. T. Bibliotecas comunitárias: mediações, sociabilidades e cidadania. **Liinc em revista**, v. 7, n. 1, p. 121-130, mar. 2011.

FREIRE, P. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: resultados preliminares**. Pirâmide etária. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/piramide_etaria/index.php>. Acesso em: 16 out. 2016.

MANKE, L. S. **Leitores rurais: apropriação ético-prática nos sentidos atribuídos à leitura**. ICH/UFPEL. 36. Reunião Anual da ANPED, GT 10, 2013.

MONTEIRO, E. M. L. M. **(Re)Construção de Ações de Educação em Saúde a partir de Círculos de Cultura: experiência participativa com enfermeiras do PSF do Recife/PE**. Fortaleza, 2007. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PADILHA, P. R. **Currículo intertranscultural: por uma escola curiosa, prazerosa e aprendente**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

TORRES, R. A. M. **Sexualidade e relações de gênero na escola [manuscrito]: uma cartografia dos saberes, práticas e discursos dos/as docentes**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

RESUMO

A experiência tem como objetivo descrever as práticas coletivas, culturais e de leitura junto a crianças da Associação dos Jovens do Irajá – AJIR/Biblioteca 21 de Abril, distrito de Hidrolândia/CE, com base nos Círculos de Cultura de Paulo Freire. O projeto de extensão tem o acompanhamento pedagógico de pesquisadores, enfermeiros(as) mestres e doutor da Universidade Estadual do Ceará, representantes da AJIR, e duas monitoras, estudantes de pedagogia da comunidade irajaense, junto às crianças que participam da Biblioteca 21 de Abril. Esses sujeitos apresentaram suas redações e desenhos acerca de suas leituras e histórias de vida. Posteriormente, foram realizadas expressões artísticas e culturais como dança, teatro, cordel, poesia, música etc. Logo, a experiência favoreceu, incentivou e estimulou a utilização e a expressão de diferentes formas de linguagem, leitura e representação da realidade, por meio de uma prática de leitura emancipatória, com estabelecimento de vínculos e troca de saberes.

Palavras-chave: cultura popular, crianças, leitura, arte, círculos de cultura.

DATA DE RECEBIMENTO: 05/11/2017

DATA DE APROVAÇÃO: 25/04/2018



Raimundo Augusto Martins Torres

Pesquisador, Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde – PPCLIS, Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, Ceará, Brasil. Enfermeiro e Doutor em Educação. Fundador da Associação dos Jovens de Irajá – AJIR (Biblioteca 21 de Abril e Web Rádio AJIR). Líder do grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas em Enfermagem e Saúde Coletiva – LAPRACS/UECE.

E-mail: augustomtorres@gmail.com



Leidy Dayane Paiva de Abreu

Enfermeira. Mestre em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde – PPCCLIS pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, Ceará, Brasil e Doutoranda no mesmo Programa e Instituição de Ensino Superior. Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas, Saberes e Práticas em Enfermagem e Saúde Coletiva – LAPRACS/UECE e do Projeto de Pesquisa, Ensino e Extensão: Web Rádio AJIR - UECE.

E-mail: dayannepaiva@hotmail.com



Aretha Feitosa de Araújo

Enfermeira. Mestre em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde – PPCCLIS pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, Ceará, Brasil e Doutoranda no mesmo Programa e Instituição de Ensino Superior. Integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas, Saberes e Práticas em Enfermagem e Saúde Coletiva – LAPRACS/UECE e do Projeto de Pesquisa, Ensino e Extensão: Web Rádio AJIR - UECE.

E-mail: aretha.feitosa@gmail.com



Maria Rocineide Ferreira da Silva

Pesquisadora, Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do Programa de Pós Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde – PPCCLIS, Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza, Ceará, Brasil. Enfermeira. Doutora em Saúde Coletiva pela UECE. Vice-líder do grupo de Pesquisa em Políticas, Saberes e Práticas em Enfermagem e Saúde Coletiva - LAPRACS/UECE.

E-mail: rocineideferreira@hotmail.com



IMAGEM: Pxhere

A pauta das jovens mulheres brasileiras junto ao governo federal

Cynthia Mara Miranda
Ana Laura Lobato

Introdução

A juventude é mais do que uma idade: é, sobretudo, um processo próprio de um determinado período do ciclo da vida em que os indivíduos estruturam o seu percurso para a entrada na vida adulta. Essa transição ocorre em meio a uma convergência de eventos complexos (como a formação educacional, a qualificação profissional, a constituição de família e também a participação social e política) imbricados uns nos outros de tal modo que o grau de inclusão social passa ser afetado pelo resultado dessa relação.

Para Margulis e Urresti (1996), a juventude, como toda categoria socialmente constituída que alude a fenômenos existentes, apresenta uma dimensão simbólica, mas também precisa ser analisada em outras dimensões que considerem os aspectos materiais, históricos e políticos, nos quais toda produção social se desenvolve na vida de um indivíduo.

Apesar da complexidade que o termo *juventude* acarreta na busca de uma definição conceitual, de modo geral, as políticas públicas e as legislações tendem a associar juventude à faixa etária. Para o Estado brasileiro, a juventude compreende os indivíduos de 15 a 29 anos de idade; já para os organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), ela compreende o período dos 15 aos 24 anos.

A juventude se constitui por um período razoavelmente extenso em que o indivíduo percorre um caminho de inúmeras descobertas e experiências que poderão influenciar sua vida. Durante esse período, poderá experimentar as várias formas de ser juvenil determinadas pelas vivências culturais, territoriais, religiosas, financeiras e de gênero.

A vivência da juventude para as mulheres é construída de forma distinta da juventude para os homens. Desde a infância, através dos processos de socialização que se dão em diferentes espaços, como na família, na escola, na vizinhança, nos grupos de amigos e pela exposição aos meios de comunicação, a desigualdade entre os gêneros vai sendo delineada. O ponto de partida é a família, o espaço privado das relações de intimidade, onde são estabelecidas as regras para lidar com a diferença e a diversidade.

As mulheres têm sido educadas, ao longo dos tempos, para exercer atividades de cuidados relacionados à esfera privada, e os homens, para exercer atividades laborais e políticas na esfera pública. Por mais que existam iniciativas para romper essa situação em diferentes frentes, como as políticas públicas e as legislações, a desigualdade ainda permanece. As jovens mulheres experimentam situações dessa desigualdade uma vez que tendem a ficar adultas mais cedo em decorrência da divisão desigual das responsabilidades. As jovens mulheres das classes menos favorecidas, principalmente, costumam ter mais responsabilidades do que os homens jovens. Desde cedo, a elas tem sido atribuído o cuidado com a casa e com os irmãos mais novos, reduzindo cada vez mais o seu tempo para o lazer. Além disso, a gravidez na adolescência também provoca uma transição mais rápida para a vida adulta.

Essa construção dos papéis de gênero, iniciada na infância, perdura na juventude e segue sendo reforçada na vida adulta com poucas alterações. Para Prá, Epping e Cheron (2011), abordagens feministas identificam que o processo de atribuição de padrões de

comportamento social ocorrido entre infância e adolescência influencia na formação da identidade das pessoas. As diferenças aí constituídas passam, então, a orientar projetos e estilos de vida: daí, o trabalho produtivo representar para os jovens a possibilidade de ingresso na vida adulta; em sentido inverso, esse ingresso não se dá para as jovens.

As relações de gênero, como é possível observar, afetam as trajetórias e experiências das jovens mulheres. Assim como existem linhas de conflito nas relações de gênero que incidem na divisão entre o que é público e o que é privado, o mesmo acontece entre o adulto e o jovem. Para Diz e Schwartz (2012), tratar das juventudes e gênero requer a compreensão de que essas se referem a categorias de sujeitos e de hierarquias em estruturas de poder nas quais estão submersos.

O termo *juventudes* é utilizado neste artigo para destacar a necessidade de um olhar mais atento sobre esse amplo universo de diferentes segmentos juvenis que não podem ser tratados de forma padronizada. Esteves e Abramovay (2007, p. 21) destacam que

Não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc.

No presente artigo, interessa-nos destacar a intersecção entre as relações de gênero e as experiências juvenis no reconhecimento político de jovens mulheres. Muito embora o conceito de gênero tenha variações importantes na sua formulação, a depender do campo teórico, social e político sob o qual estava sendo mobilizado. Na teoria social, e mais especificamente no campo das ciências sociais, os entendimentos sobre o conceito de gênero foram desde noções como papéis sexuais (Mead, 1935), a outras como forma primeira de distribuir poder (Scott, 1995), de representação (Lauretis, 1990) e/ou performances (Butler, 1990). Para a análise empreendida aqui, assumimos a formulação de Joan Scott, na qual o gênero se constitui a partir das diferenças entre os sexos, sendo também uma primeira forma de distinção de poder. Para essa autora, o termo surge como forma de rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como *sexo* ou *diferença sexual*, buscando compreender o papel social de cada sexo.

Em uma de suas discussões e revisões atuais sobre gênero, Scott (2012) pontuou a dificuldade de aceitação na qual o termo gênero possa confortavelmente ou finalmente repousar por ser um debate político. Para a autora, trata-se de uma lente de percepção através da qual nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino nas sociedades.

A noção performática que Butler (1990) traz ao conceito de gênero nos ajuda a compreender melhor o modo variado como as expressões de feminino e masculino podem se dar. Na medida em que a autora admite que a relação entre sexo e gênero se

dá em uma estrutura (uma matriz sexual) que dualiza as diferenças – homem/mulher, masculino/feminino –, o efeito performativo do gênero as multiplica, levando-nos a observar as feminilidades e as masculinidades sob diversos contextos de expressão política e social dos sujeitos.

Ao reconhecer a complexidade e as divergências existentes por trás do uso do conceito de gênero, apropriamo-nos dele para destacar que padrões e comportamentos que definem a identidade do ser masculino, do ser feminino, afetam fortemente o período compreendido como juvenil, tornando fundamental que as políticas públicas de juventude estejam atentas para o avanço da igualdade de gênero.

Nesse sentido, atentas a essas necessidades, as jovens brasileiras passam a se organizar para apresentar demandas para o Estado, especialmente atuando nos movimentos feministas. Por essa perspectiva, o presente artigo está organizado a partir da contextualização da atuação dos movimentos das jovens feministas brasileiras com vistas à institucionalização das suas pautas, utilizando como base metodológica a pesquisa participante¹. Para Demo (2008, p. 8),

A pesquisa participante produz conhecimento politicamente engajado. Não despreza a metodologia científica em nenhum momento no sentido dos rigores metódicos, controle intersubjetivo, discutibilidade aberta e irrestrita, mas acrescenta o compromisso com mudanças concretas, em particular voltadas para os marginalizados.

Dessa maneira, a pesquisa participante apresenta um componente político na medida em que possibilita discutir a importância do processo de investigação a partir de uma perspectiva que permite a intervenção na realidade social. A partir do envolvimento das autoras do artigo no Grupo de Trabalho Jovens Mulheres (GTJM), criado pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), vinculada à Presidência da República, em 2011, foram coletadas informações e vivenciadas experiências que permitiram apresentar reflexões a partir do ponto de vista de quem esteve presente em todas as atividades do grupo de trabalho e apresentou sugestões/propostas para o encaminhamento do mesmo.

O artigo desdobra-se, dessa maneira, enfocando os percursos de incidência das jovens para a construção das suas demandas específicas na SNJ por meio da criação do GTJM no governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Por fim, apresentamos algumas considerações sobre os desafios impostos para a consolidação da agenda das jovens mulheres pela Secretaria Nacional de Juventude e para a transversalização da temática no aparato estatal e para fora dele.

¹ As autoras participaram do Grupo de Trabalho Jovens Mulheres da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, tendo acompanhado sua implementação, desenvolvimento e desdobramentos. A primeira autora participou na condição de pesquisadora convidada pela SNJ para representar a Região Norte do país, e a segunda autora participou na condição de consultora técnica através de cooperação com a ONU Mulheres para elaborar diagnósticos, sistematizações e outros subsídios de suporte para as atividades do grupo.

A construção dos espaços políticos pelas jovens feministas brasileiras

As jovens brasileiras representam, segundo dados do IBGE (2012), pouco mais de 50% da juventude, cerca de 25 milhões das brasileiras que apresentam identidades múltiplas e que, portanto, demandam ações do Estado atentas às suas especificidades. As jovens mulheres enfrentam obstáculos cotidianos para que possam exercer plenamente as suas capacidades, os quais tendem a ser intensificados a partir da interseção entre elementos como classe, território, cor e orientação sexual, impactando em sua possibilidade de mobilidade e ascensão social.

Múltiplos são os problemas vivenciados pelas jovens mulheres e, a partir da organização delas nos movimentos feministas e juvenis, contestam-se as desigualdades de gênero e geracionais decorrentes dos seus distintos pertencimentos (social, econômico, político, cultural). Com isso, são levantadas suas pautas de forma mais pontual no Brasil nos anos 1990, como resultado de uma transformação dos feminismos em várias sociedades.

Alguns acontecimentos marcaram a organização das jovens feministas brasileiras como atrizes políticas que lutam contra todas as opressões existentes na sociedade e que reivindicavam espaço mais amplo dentro dos movimentos feministas. O Fórum Cone Sul de Jovens Mulheres Políticas – Espaço Brasil, conhecido como “Forito”, criado em 2001 pela Fundação Friedrich Ebert (FES), representou um espaço importante de articulação que durou dez anos. Sendo um desdobramento do Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas, projeto que reuniu feministas de partidos políticos progressistas da região para debater ações transformadoras para a igualdade, o Forito reuniu também mulheres que atuavam em outros espaços e nos diversos movimentos sociais.

Paralelamente ao Forito, em 2005, ocorreu no Brasil o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (Eflac), momento histórico que evidenciou com mais destaque a identidade jovem feminista brasileira. Segundo Zanetti (2009), 25% das participantes tinham menos de 30 anos e o tema juventude teve considerável destaque.

As jovens feministas vão ampliando sua atuação e ganhando visibilidade. O Encontro Nacional de Jovens Feministas, ocorrido em 2008, reuniu mais de 100 jovens feministas de vários estados do país para discutir a condição da jovem mulher e suas principais demandas em cada região.

No começo da década passada, especialmente nos anos 2001, 2002, 2003, 2005 e 2009, a presença organizada das jovens mulheres é notada nas manifestações alter-mundistas promovidas pelos Fóruns Sociais Mundiais (FSM) realizados no Brasil com o objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. As arenas políticas do FSM permitiram a troca de experiências e a busca de articulação com outros movimentos presentes no atual cenário político para criar alianças para o fortalecimento de suas reivindicações.

A articulação das jovens feministas se fortalece no campo discursivo da ação (Alvarez, 2014) e aos poucos se expande em direção à intervenção no Estado. A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido de esquerda, ao governo federal brasileiro

estimulou a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, e a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), em 2005, simbolizando a abertura de novos espaços políticos para a apresentação de demandas desse segmento. As conferências organizadas por tais pastas para debater políticas mobilizaram jovens mulheres na esfera local, estadual e federal, resultando na construção de planos de políticas nacionais que expressam em suas diretrizes as demandas de diversos atores sociais, entre elas, as das jovens mulheres.

Contudo, tensões e conflitos estiveram presentes nesses espaços, marcados pela disputa por reconhecimento das jovens e o ambiente *adultocêntrico*, que as dificultavam de se colocar e pautar questões sensíveis, como o direito ao aborto. A incorporação das demandas das jovens mulheres nas ações propostas pela I, II e III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorridas respectivamente em 2004, 2007 e 2011, deu-se, portanto, de forma gradual.

O fato de as conferências contarem com a presença de uma diversidade de grupos, inclusive, conservadores, fez com que as jovens tivessem de disputar espaço para convencer o público de que elas não estão contempladas nas políticas públicas para mulheres, uma vez que estas tendem a não considerar o recorte etário. Apenas na terceira conferência, as jovens obtiveram mais êxitos, sendo reconhecidas no plano nacional de uma forma mais específica e menos generalista.

Para Silva (2009), apesar de haver menções às jovens mulheres no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), ao citar vários segmentos de mulheres, esta se trata de uma alusão formal, pois elas são contempladas apenas em ações isoladas ligadas à inserção no mercado de trabalho e à autonomia econômica, nos tópicos de educação e de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

No que diz respeito ao II PNPM, nota-se um avanço ao evidenciar em todos os eixos temáticos a presença de ações específicas voltadas para jovens mulheres. Além disso, surgiu também um eixo específico voltado para o enfrentamento das desigualdades geracionais, com foco nas mulheres, jovens e idosas.

O III PNPM é o plano que dá maior abertura à pauta das jovens mulheres e, em seu décimo capítulo, aborda a igualdade para mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência. Além desse capítulo, nota-se a menção às jovens mulheres ao longo do terceiro plano, o que demonstra o reconhecimento da particularidade da sua identidade e que esse segmento gradualmente tem pautado suas demandas.

No III PNPM, podem ser vistas ações que sinalizam a possibilidade de um diálogo transversal entre a SPM e a SNJ, como: estabelecer parceria entre o Observatório de Gênero (SPM) e o Observatório Participativo da Juventude (SNJ) para produção, fomento e publicação de estudos, pesquisas, dados e indicadores sobre a igualdade de gênero e juventude; realizar a jornada de formação de jovens mulheres; e estimular instituições públicas a elaborar programas, projetos e ações para mulheres jovens e meninas.

Ao observar os três planos construídos a partir de uma intensa participação popular que envolveu uma diversidade de mulheres organizadas ou não em movimentos sociais,

as demandas das jovens mulheres, muitas vezes, foram vistas como “naturalmente” incorporadas à pauta geral das mulheres, sem o recorte para as suas especificidades, algo também vivenciado por outros segmentos, como o das mulheres idosas. Assim, o esforço pela disputa de espaço não se dá apenas no campo institucional, mas também no campo dos movimentos sociais – embora, como é possível notar, os movimentos feministas jovens tenham marcado uma presença significativa na sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos 2000.

Além das arenas políticas oportunizadas pelas referidas conferências de políticas para as mulheres, as jovens feministas demonstraram sua mobilização nas duas Conferências Nacionais de Políticas Públicas para a Juventude, ocorridas em 2008 e 2011. Como resultado da primeira conferência, foram elencadas 22 prioridades de ação para a construção de uma política nacional de juventude. Entre elas, destaca-se a necessidade de implementar políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, aplicando a lei de planejamento familiar, disponibilizando o acesso a métodos contraceptivos e a legalização do aborto.

A segunda conferência contou com a participação significativa das jovens mulheres, que conseguiram aprovar, no eixo 3 da conferência, “Direito à experimentação e qualidade de vida”, propostas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos das jovens mulheres, como garantir o acesso das mesmas aos exames preventivos e à vacina gratuita contra o vírus do papiloma humano (HPV), com atendimento humanizado, garantindo o acesso aos medicamentos e a descriminalização e legalização do aborto, situando-o como um grave problema de saúde pública que exige atendimento humanizado às jovens mulheres em situação de abortamento. Propuseram também promover os direitos sexuais e reprodutivos da juventude, tais como a distribuição de preservativos femininos e da pílula do dia seguinte no Sistema Único de Saúde e nas farmácias populares. No eixo 5, “Direito à participação”, uma das propostas aprovadas destaca que os Conselhos de Juventude no Brasil devem se constituir, garantindo a participação das mulheres.

Em resposta a essas articulações capitaneadas pelas jovens mulheres, os governos brasileiros, especialmente durante a gestão do Presidente Lula e da Presidenta Dilma (2003 a 2016), passam a reconhecer a necessidade de se ter ações focadas nesse segmento da população. Contudo, é importante pontuar que as ações previstas nos planos de políticas públicas para as mulheres e para a juventude, que foram construídas de forma democrática nos espaços das conferências, apresentam muitos desafios para ser implementadas. Afinal, a transição entre governos tende a enfraquecer essas ações que não alcançaram status de política de estado e a falta de diálogo e compromisso dos gestores públicos federais, estaduais e municipais com a pauta das jovens mulheres prejudica sua institucionalização e ampliação.

Grupo de Trabalho de Jovens Mulheres e a abertura dos espaços de diálogo com o governo

As recentes iniciativas com o intuito de incorporação das pautas das jovens mulheres tornaram-se possíveis a partir de um reconhecimento por elas conquistado de que relações de gênero e geracionais incidem na constituição de trajetórias desiguais. As oportunidades de estudo e trabalho se apresentam diferentemente para mulheres e homens nesta etapa da vida e têm impacto profundo na produção e reprodução das desigualdades de gênero na vida adulta. Sob o discurso de assumir a participação social como método de governo, o governo federal, durante a gestão do PT, instituiu novas interfaces na relação com a sociedade civil, bem como ampliou outras. No ano de 2011, por meio da SNJ, mais uma interface foi criada, o GTJM, que atuou ao longo de 18 meses.

O GTJM criado para atender à demanda das jovens mulheres possibilitou a participação da sociedade civil nas atividades do governo, priorizando em sua composição a representatividade das jovens de distintas organizações e regiões brasileiras. Diferentes formas de participação social permitiram a intervenção da população nas ações do Estado. Projetos de iniciativa popular, audiências públicas e conselhos setoriais são mecanismos de participação social que permitem à/ao cidadã/cidadão participar da vida política da sua cidade, estado ou país. A ampliação dos mecanismos de participação social, estimulados pela Constituição de 1988, evidenciou um processo de redefinição do papel do Estado a partir da universalização dos direitos de cidadania, descentralização e gestão democrática das políticas públicas (Miranda, 2014).

O GTJM, foco do presente artigo, considerado aqui como um mecanismo de participação social, foi constituído por representantes de setores do governo com os quais a SNJ dispunha de parceria para este segmento (Ministério da Educação e Secretaria de Políticas para as Mulheres), da sociedade civil e da Trabalhadora Mulheres, de modo a reunir subsídios técnicos e também políticos para a efetiva transversalização de gênero nas políticas de juventude.

A transversalidade de gênero busca assegurar que essa perspectiva passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as dimensões de atuação governamental. Trata-se de um compromisso para garantir que cada parte de uma organização assuma a responsabilidade de assegurar que o impacto das políticas atinja igualmente homens e mulheres (Bacchi; Joan, 2010).

No intuito de compor um grupo tão diverso quanto a própria juventude brasileira, foram convidadas jovens líderes das cinco macrorregiões do país, representando organizações e movimentos sociais cujo acúmulo em questões ligadas a trabalho, educação, participação social, saúde e sexualidade, cultura, estudos e pesquisas estivessem presentes. O quadro abaixo indica as organizações das jovens que compuseram o GT.

Tabela 1: Instituições do GTJM segundo unidade da federação.

Instituição	UF
Associação Imagem Comunitária	MG
Casa da Mulher Trabalhadora – Camtra	RJ
Coletivo Leila Diniz	RN
Instituto da Juventude Contemporânea	CE
Foro Cone Sul de Mulheres Jovens	RS
Jovens Feministas de São Paulo	SP
Rede Feminista de Saúde	RS
Instituto de Articulação de Juventude da Amazônia	AM
Articulação Popular de Juventude	RN
Central Única dos Trabalhadores	SP
Conjuve – Confederação das Mulheres do Brasil	RS
Universidade Federal do Tocantins	TO
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	RJ
SNJ – Coord. Políticas Transversais	
SPM – SAIAT – Coord. Da Diversidade	DF
MEC - SECADI	DF
ONU Mulheres	DF

O GTJM não apenas tinha prazo determinado para realização de suas atividades, como também um produto final já estabelecido: a realização de um seminário nacional sobre políticas públicas para jovens mulheres. Após o convite das jovens mulheres e organizações, o segundo passo foi a contratação de consultoria especializada em gênero e juventude, com apoio da ONU Mulheres, para suporte técnico, através da qual foram elaborados diagnósticos sobre as condições de vida das jovens mulheres, metodologias para os encontros, reuniões do grupo e seminário, bem como condução do processo e discussão do GTJM.

As atividades do GTJM se deram por reuniões semestrais, havendo encontros pontuais com subgrupos para atender demandas específicas. Para cada uma delas, eram elaborados, previamente, seus objetivos com metodologia e programação a ser apresentada e discutida na primeira hora da reunião. Na primeira delas, em novembro de 2011, foram recolhidas as principais demandas das jovens presentes e estabelecido o calendário de atividades do grupo. Em junho de 2012, na segunda reunião, foi apresentado um diagnóstico da população jovem brasileira de modo a fomentar as discussões dos temas prioritários. Nessa mesma ocasião, também foram estabelecidos eixos temáticos prioritários a serem discutidos pelo grupo e se formaram subgrupos para a produção de problematizações sobre os referidos temas. Sejam eles:

- Produção/trabalho, capacitação e renda.
- Saúde, sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos.
- Relações de poder, direitos, participação e formação política.

- Enfrentamento à violência contra a mulher jovem (tráfico e exploração sexual).
- Educação inclusiva e não sexista, cultura e comunicação.
- Meio ambiente e sustentabilidade.

Em novembro de 2012, foi realizado o terceiro encontro do GTJM, no qual foram discutidos os textos de problematizações elaboradas pelos subgrupos a partir dos quais foram estabelecidos, junto às instituições parceiras, o objetivo do Seminário Nacional, suas diretrizes e as questões a serem aprofundadas no referido evento. Também foram identificadas as organizações da sociedade civil e setores do governo federal com os quais era preciso estreitar o diálogo para que se efetivassem a desejada transversalidade de gênero nas políticas de juventude, bem como a transversalidade de juventude nas políticas para as mulheres. No intuito de otimizar os esforços, foram escolhidas entre as integrantes do grupo de trabalho, jovens mulheres para serem mediadoras no seminário, atuando mais focadamente na organização do seminário com apoio da consultora da ONU Mulheres.

Em maio de 2013, foi realizado pela SNJ e SPM o 1º Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres, com a participação de cerca de 100 pessoas, dentre as quais, 30 eram jovens lideranças e 30 eram mulheres gestoras de políticas públicas para mulheres ou para a juventude.

Compondo representações de organizações da sociedade civil das cinco regiões do Brasil, as jovens mulheres atuavam politicamente em pautas afins aos temas de juventude, bem como de mulheres. Jovens negras, indígenas, quilombolas, lésbicas, transexuais, transgênero, de territórios rurais e periferias urbanas, blogueiras, de religiões de matriz africana e grupos juvenis cristãos. Ao longo de três dias, houve profícuas discussões entre as jovens lideranças e/ou gestoras com pesquisadores convidados e representantes dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, da Educação, bem como de entidades das Nações Unidas, tais como OIT, UNFPA, PNUD e ONU Mulheres.

Esse processo resulta de um longo caminho de luta por reconhecimento do protagonismo das jovens que, como todo segmento da população, em um estado democrático de direito, devem obter canais de escuta e diálogo com o governo. Considerando que o GTJM tenha sido formado por jovens mulheres de várias regiões do país, de diferentes formações e trajetórias políticas, isso favoreceu o alcance de um olhar mais amplo e diverso sobre as principais problemáticas desse segmento na atualidade, com vistas a pautar políticas públicas que de fato correspondam às suas especificidades.

A diversidade agregada ao GTJM, advinda da pluralidade das representações juvenis, pode ser evidenciada como uma estratégia do reconhecimento de que as demandas das jovens mulheres, além de serem mediadas pelas diferenças de classe social, de cor, de etnia e de orientação sexual, são influenciadas pelas regionalidades desse extenso país.

A SNJ, que tinha como secretária uma jovem mulher durante o funcionamento do GTJM, dispôs de uma abertura ao diálogo com a sociedade civil, que implicou em uma oportunidade política importante para as jovens mulheres. A participação de distintas

atrizes políticas no GTJM possibilitou maior intercâmbio de experiências e diálogo que julgamos imprescindíveis na elaboração das políticas para esse segmento.

Adotar a transversalidade das questões de gênero para a criação de políticas públicas para jovens mulheres é uma estratégia fundamental para garantir que essas políticas não fiquem sob a responsabilidade exclusiva da SNJ ou da SPM, mas que devem ser construídas a partir do diálogo com os demais ministérios.

Um dos efeitos mais diretos e notáveis desse processo foi a imediata revisão do capítulo 10 no PNPM, que fora apresentado durante o seminário e discutido de forma intensa e tensa entre as jovens participantes e representantes da SPM, pelo caráter *adultocêntrico* que o texto apresentava. Na semana seguinte do seminário, a SNJ se reuniu com a SPM e foram incorporadas adequações para aprimorar a noção de juventude que o texto trazia.

Para Papa (2012), a transversalidade foi assumida pelo governo federal como uma das estratégias para a incorporação da perspectiva de gênero, de raça e geração, e representa um instrumento estratégico para a gestão de políticas públicas, que dependem de um organismo governamental específico para dialogar com as demais áreas do governo.

Ainda resta fazer com que esse documento final possa servir de subsídio para a elaboração das ações, programas e políticas públicas para as jovens mulheres – a proposta é que ele circule não apenas entre os ministérios, mas especialmente entre os gestores estaduais e municipais, e que possa gerar ações transversais. Nesse sentido, a publicação do livro *Jovens Mulheres e Políticas Públicas*, pela SNJ e pela SPM, em 2015, tem a possibilidade de sensibilizar gestores e lideranças da sociedade civil para a elaboração de políticas públicas para esse segmento. A publicação constitui a síntese do acúmulo do debate ocorrido ao longo de dois anos de trabalho conjunto da Secretaria Nacional de Juventude e da Secretaria de Políticas para Mulheres.

Para além da difícil tarefa que é a transversalização, um dos principais desafios na elaboração de políticas públicas para jovens mulheres é delinear as especificidades dentro das políticas para a juventude que não atendem às jovens mulheres e, por essa razão, necessitam de arranjos institucionais e ações específicas como, por exemplo, na área da saúde sexual e reprodutiva. O acesso das jovens às políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva ainda apresenta falhas que não estão restritas apenas à insuficiência de medicamentos e métodos de prevenção da gravidez e das infecções sexuais transmissíveis (IST), mas também ao constrangimento que muitas passam nos postos de saúde para solicitar os referidos medicamentos e métodos.

Tal constrangimento não costuma acontecer com os jovens, já que ainda prevalece na sociedade brasileira uma construção cultural de que a vida sexual do homem pode e deve iniciar-se mais cedo e que a prevenção da gravidez e, conseqüentemente, das doenças sexuais, não é uma responsabilidade dele. Essas especificidades não são autoevidentes, em muitas vezes, é necessário olhar detidamente para as formas diferenciadas com que se dão as desigualdades que afetam o exercício pleno dos direitos, bem como o acesso aos serviços públicos e políticas.

Considerações finais

A juventude brasileira organizada em coletivos, ONGs, agremiações etc. teve importante atuação política e pôde incidir sobre temas sensíveis com profunda discussão na arena pública desde os anos 2000. As jovens mulheres, por sua vez, enfrentaram as barreiras geracionais nos espaços feministas, bem como o machismo nos espaços mistos, e pautaram, no período recente, temas já estabelecidos na agenda de luta das mulheres, bem como novos temas que transversalizam as questões de raça, de território, de geração de renda, de consumo e produção cultural, dentre outros.

Em um momento em que parte das pautas das juventudes, de forma mais ampla e reconhecendo a diversidade da juventude brasileira, foram incorporadas pelo governo federal a partir da criação da SNJ, percebeu-se um importante avanço para a desconstrução de uma visão homogênea da juventude, algo demandado pelas juventudes brasileiras organizadas há décadas.

O reconhecimento do caráter múltiplo da juventude passou a ser visto como caminho necessário para a garantia dos seus direitos. Nessa direção, as jovens mulheres, como demandantes articuladas de políticas específicas, foram beneficiadas pela nova oportunidade política criada – a partir dos espaços de participação abertos pelas conferências políticas para a juventude, como de políticas para as mulheres –, que representou um avanço para a construção da pauta das jovens mulheres no governo federal.

Em que pesem os esforços de muitos, ainda há um longo caminho a ser percorrido para a efetivação dos direitos das jovens mulheres no Brasil. Mesmo que, em diferentes momentos de sua história, a sociedade brasileira tenha sempre contado com a presença de jovens mulheres mobilizadas por diferentes sonhos e causas, como pelo fim da ditadura, pela constituinte, pela reforma política, pelo direito ao aborto, as suas reivindicações como atrizes sociais portadoras de necessidades específicas ganham maior visibilidade no âmbito institucional apenas nos anos 2000, com a criação dos novos aparatos institucionais (SPM e SNJ). Estes aparatos ampliam os espaços da governança descentralizada (conferências e conselhos nacionais de direitos) abertos à participação, cobrança e vigilância dessas jovens mulheres.

O Grupo de Trabalho das Jovens Mulheres foi um marco de um processo democrático instaurado em 2011 e implementado até 2014 para a construção da pauta das jovens mulheres no governo federal, mas o seu potencial para gerar resultados no que diz respeito à elaboração e à implementação de políticas públicas para mulheres com recorte geracional depende da continuidade do diálogo entre governo e movimentos sociais. O caminho para implementação dessas políticas está na capacidade de reinvenção dos movimentos de jovens mulheres para criar oportunidades para a ação coletiva como protestos, greves, eleições, por exemplo. É preciso que, cada vez mais, as jovens continuem atuando em movimentos sociais, reivindicando ações do governo que estejam atentas às especificidades das mulheres, levando em consideração as especificidades da juventude. Sem a articulação política das jovens mulheres capaz de mobilizar a opinião pública, a pauta pode retroceder e os resultados do GTJM podem ficar no esquecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, S. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-53, jul./dez. 2014.
- BACCHI, C.; JOAN, E. **Mainstreaming politics: gendering practices and feminist theory**. Adelaide: University of Adelaide Press, 2010.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e a subversão da identidade**. Nova York: Routledge, 1990.
- DEMO, P. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.
- DIZ, A. N. M.; SCHWARTZ, P. K. N. (Org). **Juventudes y género: sentidos y usos del cuerpo, tiempos y espacios en los jóvenes de hoy**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2012.
- ESTEVES, L. C. G; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, M; ANDRADE, E. R; ESTEVES, L. C. G. (Org). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2012.
- LOBATO, A. L. (Org). **Jovens Mulheres e Políticas Públicas**. Brasília: Presidência da República, 2014.
- MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: **La juventud es más que una palabra – ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- MIRANDA, C. M.; Movimentos de Mulheres, Governança Descentralizada e Desenvolvimento Regional no Estado do Tocantins. **Gênero na Amazônia**, v. 5, p. 187-200, 2014.
- PAPA, F. C. **Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil: percursos de uma pré-política**. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Administração Pública e Governo EAESP-FGV, São Paulo, 2012.
- PAPA, F. C.; SOUZA, R. (Org). **Forito: Jovens Feministas Presentes**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, Ação Educativa, UNIFEM, 2009.
- PIRES, R.; VAZ, A. **Participação social como método de governo? Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais**. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 1707, 2012.
- PRÁ, J. R.; EPPING, L.; CHERON, C. A Dicotomia Público-Privado e os Processos de Socialização de Gênero entre a Juventude. **Anais III Seminário Nacional Sociologia & Política**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 26 a 28 de setembro de 2011.
- SCHWARZ, P. Prácticas, estrategias y percepciones de la maternidad em mujeres jóvenes de clase media urbana. In: KORNBLIT, A. L. (Org). **Juventud y vida cotidiana**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2007.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SCOTT, J. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.
- SILVA, Á. C. de F. Mulheres jovens e o problema da inclusão: novidades no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. In: PAPA, F. C.; SOUZA, R. (Org). **Forito: Jovens Feministas Presentes**.

São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, Ação Educativa, UNIFEM, 2009.

ZANETTI, J. P. Reflexões sobre a participação juvenil no feminismo. In: COTIDIANO MUJER; ARTICULACIÓN FEMINISTA MARCOSUR. (Org). **Desafíos Feministas en América Latina: la mirada de las jóvenes**. Montevideo: Cotidiano Mujer; Articulación Feminista Marcosur, 2009, p. 29-40.

RESUMO

O presente artigo busca contextualizar a construção da pauta das jovens mulheres no Brasil a partir das experiências do Grupo de Trabalho Jovens Mulheres (GTJM), criado em 2011 pela Secretaria Nacional da Juventude, para subsidiar a transversalização de gênero nas políticas públicas de juventude no governo federal. O estudo aponta como o recorte de gênero, associado ao contexto histórico-social da juventude, caminha na atualidade para o reconhecimento das demandas das jovens mulheres e de suas múltiplas identidades na construção de uma política pública para esse segmento.

Palavras-chave: jovens mulheres, políticas públicas de juventude, Secretaria Nacional de Juventude.

DATA DE RECEBIMENTO: 17/05/2017

DATA DE APROVAÇÃO: 26/03/2018



Cynthia Mara Miranda

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), Brasil. Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins, Brasil.

E-mail: cynthiamara@uft.edu.br



Ana Laura Lobato

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Brasil. Foi Assistente de Pesquisa de Gênero e Raça no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Brasil, consultora das Nações Unidas para temática de gênero e juventude nas políticas públicas junto à Secretaria Nacional da Juventude, Brasil.

E-mail: analaura.lobato@gmail.com



IMAGEM: Pxhere

Infância em contextos de luta por moradia na Argentina e no Brasil

ENTREVISTA DE *Beatriz Corsino*
COM *Paula Shabel E Marcia Gobbi*

Beatriz Corsino

Marcia e Paula, vocês realizaram pesquisas tendo como tema as crianças que vivem em ocupação de imóveis por movimentos sociais. Eu gostaria que vocês falassem um pouco sobre como entendem esses contextos de luta por moradia na cidade de São Paulo e em Buenos Aires.

Paula Shabel

É um prazer, obrigada. Acho que é a primeira vez que compartilho os resultados da minha tese de doutorado depois de tê-la terminado. Eu trabalho com crianças dentre seis e dezessete anos em casas ocupadas da cidade de Buenos Aires. As casas ocupadas são um fenômeno muito comum na cidade, sobretudo desde a implementação da ditadura cívico-militar na Argentina, e ainda mais com a implementação do regime neoliberal que, bom, são muito similares à história do Brasil e da Argentina.

Suponho que sabemos, mais ou menos, o contexto sobre o qual estamos falando. Frente ao pouquíssimo trabalho que há, a população se concentrou muito em Buenos Aires e há uma falta absoluta de moradia, portanto, para essas populações migrantes, que se instalam no local onde há trabalho – muito precário, mas há trabalho –, e disso já são uma ou duas gerações. Portanto, há muitas crianças que nasceram nestas casas ocupadas, sua vida transcorreu sempre lá dentro e, portanto, um pouco, a pergunta era: como conhecem a política? Como conhecem a organização? Que ideias têm sobre os processos políticos organizativos dessas crianças, que vivem suas atividades cotidianas em contextos de organização e em contextos de luta?

Particularmente, eu trabalho em bairros do centro da cidade de Buenos Aires, que é um contexto muito diferente do que são as villas, as favelas, que também são processos de luta pela moradia, mas esses são processos que têm sido historicamente mais ocultados, porque, ao virar a esquina da sua casa, há uma casa ocupada e talvez você não sabia, ficam ocultadas na lógica cotidiana da cidade. Porém, as crianças que moram nestas casas ocupadas ficam muito marcadas por seus vizinhos e também pelas escolas.

A maior problemática que há é a permanente possibilidade de expulsão, porque mesmo que estejam em diálogo constante com o Governo da Cidade de Buenos Aires, a possibilidade de que o acordo seja desfeito é permanente. Portanto, as crianças têm uma ideia muito concreta de que podem ficar sem lar, sem o lugar onde vivem cotidianamente e, partir daí, também conhecem a cidade, conhecem a escola, conhecem o mundo: a partir dessa organização permanente, por um lado, e, por outro lado, a partir dessa possibilidade permanente de ficar sem moradia.

Marcia Gobbi

Minha pesquisa resulta da busca por conhecer infâncias a partir de seus processos de elaboração de desenhos e fotografias. Essa procura encontrou lugares em que poderia coadunar a produção imagética e seus estudos à outra busca que julgo fundamental: a infância em luta em movimentos sociais. Durante algum tempo, a pesquisa se deu dentro do MST¹, dentro do movimento social num tipo de assentamento que é considerado urbano, embora esteja na Grande São Paulo. Neste

1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

caso, as pesquisas todas estavam concentradas na cidade de São Paulo e no estado de São Paulo. Hoje não estou mais pesquisando o MST e acabei enveredando por uma pesquisa especificamente sobre as ocupações urbanas. Nós temos décadas de construção de lutas no espaço urbano constituídas num processo de urbanização que é absolutamente segregador, fato que já havia sido apontado por diversos pesquisadores, tais como Lúcio Kowarick, Nadia Somekh, Raquel Rolnik e Erminia Maricato, que chamaram a atenção de forma bastante consistente e admirável para essa cidade em constante disputa.

E nesse processo de disputa, ora é possível reconhecer a expulsão das famílias para as áreas periféricas, isso nos anos 70 e 80, quando se observa esse fenômeno de modo intenso na cidade de São Paulo, ora, mais recentemente, temos a busca dessas famílias pelo retorno e pela manutenção da moradia nas regiões centrais na cidade de São Paulo como um direito por conta do acesso e permanência no trabalho, por conta da própria mobilidade urbana, dos transportes, etc. Há então diferentes movimentos reivindicatórios que vão enfrentar o processo segregador permanecendo no centro.

É claro que isso se dá num momento em que temos cerca de 350 mil moradias vazias na cidade de São Paulo. E, no Brasil, cerca de 7 milhões de lugares vazios que poderiam ser utilizados para moradia. Nós temos praticamente a mesma quantidade de espaços vazios e de famílias requerendo esses mesmos espaços. Pensando nessas questões, existe uma lacuna bastante expressiva no âmbito das pesquisas que têm as crianças como seu objeto, mas que não estão sendo compreendidas nesse processo de luta.

É por isso que estou chamando de infância em luta, uma vez que, em tudo quanto é canto que nós vamos, a criançada está lá junto com os movimentos que organizam as ocupações, os momentos de festa, que são os momentos das ocupações, da construção da ocupação propriamente dita, e a criançada está lá.

Beatriz Corsino

Muitas pessoas podem dizer que as ocupações não seriam locais apropriados para uma criança viver, devido a sua precariedade e as possibilidades de conflitos com a polícia ou com os danos dos imóveis. Como vocês entendem essa questão?

Marcia Gobbi

Atualmente, estou pesquisando duas ocupações em regiões distintas da cidade de São Paulo. A ocupação chamada Jardim da União, que é no extremo sul da cidade de São Paulo, e a ocupação Prestes Maia, na região central, hoje a maior ocupação vertical da América do Sul. Essa convivência tem me tocado muito profundamente, tem me levado a pensar no que fazer. Politicamente, eu tenho algumas questões que fizeram com que eu tenha escolhido essa temática, não é à toa, mas essa convivência dá um sentimento de impotência, de desencanto. Eu acho que muitos de nós, pesquisadores, somos atravessados por esse sentimento, mas as pesquisas alimentam nosso desejo de lutar juntos.

Quando eu estou com as crianças, fica claro estar diante de vidas precárias. Ao estar com as crianças, elas vão se mostrando, brincando, fazendo diferentes atividades em ambas as ocupações e vão me dando a possibilidade de ver outro cotidiano a

partir e com as crianças que estão lá, recriando suas próprias condições e a vida em diferentes modos de lutar. Isso tem se revelado em práticas sutis, ora trazendo desenhos extremamente bem elaborados e os criando junto a mim ou outros pesquisadores que estiverem comigo, ora chamando todo mundo para brincar juntos, e em outros momentos tirando fotos e/ou brincando de tirar fotos e de escolher as flores da ocupação (essa da região sul é horizontal, é tem terrenos floridos, embora esteja em permanente processo de transformação e construções de casas ou pequenas reformas).

Enfim, lá no Jardim da União, eu vejo as crianças curtindo os espaços, subindo em árvores, chamando a gente para ficar junto, parando para conversar, mostrando-se pertencentes a esse lugar e apropriando-se dele. Então, há uma convivência nessa precariedade – uma mostra de que esse lugar é delas, é quase uma dádiva, à moda do pensamento de Marcel Mauss². Isso acontece na região sul. Certa vez, conversando com Sandra, que é uma super e sensível liderança local, ambas desabafamos sobre essas questões, sobre a precariedade imposta às nossas vidas e de alguns grupos, particularmente. Isso resultou numa grande viagem, verdade. Fizemos um combinado, algo que alterasse o cotidiano daquelas meninas e meninos, ainda que num único dia e de modo tão breve se comparado com a urgência de acontecimentos e mudanças estruturais em que vivemos. Assim, numa manhã, nem tão manhã assim, de sábado, muitas crianças e de variadas idades vieram a um museu de ciências, local escolhido por eles, todos numa van, cruzando a cidade, vindo para o Catavento, aqui na cidade de São Paulo, bastante visitado e situado na região do Brás. E aí, qual é a surpresa, né? Porque nós ficamos lá com a criançada.

Para mim, quando reflito sobre a pesquisa, o que poderia ser visto como um passeio teve um peso bastante grande. Tratou-se ali de amabilidades, de um circuito de confiança como bem precioso, daí eu me lembrar de Marcel Mauss, dar, receber e retribuir presentes é constante nessa relação. Conto isso também por não me esquecer das crianças chegando ao local. Eles diziam: “Isso tem na ocupação”, “Isso é lá de onde eu moro”. Um deles falou assim: “Ah, mas você é a mulher que vai para a ocupação. Você que vai na nossa casa”. Então essa conversa sobre casa e ocupação, sobre “este pássaro é um pássaro que tem na ocupação”, vai me dando algumas pistas para pensar o pertencimento a este lugar e, nessas entrefalas, uma movimentação de luta pela permanência nesse lugar. Revela-se, até onde compreendo, uma forma de enraizamento no lugar, que o consiste como seu, particular. Num momento de expulsões, como afirma Saskia Sassen³, sou levada a pensar, a partir dessas falas, em certa resistência, um freio à expulsão.

Isso, para mim, particularmente, é bastante forte. Em algumas das falas das crianças, enquanto foram desenhando, passeando conosco, vão nos mostrando elementos de uma luta de classes bastante forte. Então, elas falam: “Tem crianças que são muito

2 Sociólogo e antropólogo francês.

3 Socióloga holandesa.

ricas, né”? E aí param e falam, assim: “Mas nós não somos”. E aí eu fico pensando e converso com eles: “Mas então vocês queriam? Como é que é”? Tem alguns elementos bons para a gente pensar sobre isso. E eles falam também: “Não, porque na escola tem alguém que é rico. Aqui na ocupação não tem, aqui nós somos iguais”. Talvez iguais em forma e conteúdo de uma luta que se forja vagarosamente e constitui jeitos de ser menina e menino em ocupações. Faz-se necessário continuar, observar, estar junto e investigar...

Bom, até agora estou me referindo às crianças do Jardim da União, lá no extremo sul. Na região central há elementos bastante semelhantes nas suas falas. Há algo do apresentar-se mais, com vestimentas para as brincadeiras, mas há sempre uma participação muito grande. Algo como um processo de identificação das crianças, na região central, que é bastante consistente. Por exemplo, a ideia de que “Nós somos da ocupação Mauá”.

Do ponto de vista das lutas dentro e no centro da cidade de São Paulo, são duas grandes referências as ocupações Mauá e Prestes Maia, onde tenho permanecido. Elas têm grande importância e constantemente acessamos informações sobre suas lutas, conquistaram visibilidade e, creio, isso favorece a criação de elementos identitários em relação à ocupação.

Finalizei recentemente, junto a um orientando, o acompanhamento da ocupação do Largo Paissandu, que sofreu aquele incêndio trágico e bastante similar a outros que ocorreram e ainda acontecem constantemente em São Paulo, numa espécie de limpeza com fogo dentro da cidade de São Paulo, querendo referir-se à higienização da cidade, uma inegável manifestação da necropolítica, como diria Achille Mbembe⁴. Não sei se vocês tiveram a oportunidade de ver os gradis que foram sendo colocados e os moradores passaram lá, entre gradis, de primeiro de maio, quando foi o incêndio, até 10 de agosto. Processo de descaso revelado, entre outras coisas, pela fala de uma senhora entrevistada por mim, em que ela dizia: “Olha, nós estamos aqui feito bichos. Olha o que nós somos. Olha como nós fomos tratados”. Falava e, enraivecida, apontava para as grades e a curiosidade manifestada por muitos que olhavam, deixavam doações, ou não, e saiam, retornando a rotina diária que, para muitos, é também de agruras. “Animais enjaulados”, dizia ela. Ao observar as crianças, foi possível perceber que elas deram um uso especial para aquele lugar. Comentário de alguns moradores dos prédios do entorno, logo nos primeiros dias, e que foram ouvidos aleatoriamente, davam a entender que, até então, o espaço não tinha sido usado da mesma maneira.

As crianças que ocuparam, com suas famílias, o Largo do Paissandu, o encheram com seus sons, correrias e brincadeiras, relacionando-se com esse espaço que passou a ser disputado com passantes que contornavam motocas, bolas em jogo de futebol improvisado e, como descreveu Matheus, orientando de pesquisa, gerando

4 Escritor e teórico Camaronês.

desconforto entre as profissionais do sexo, trabalhadoras do local, que falavam: “Mas nós estamos trabalhando e as crianças estão nos atrapalhando no processo de negociação”. A criançada acabou se mostrando muito fortemente naquele espaço que havia sido criado na gestão do ex-prefeito Fernando Haddad, um bom projeto para certas regiões da cidade, chamado Praia Urbana. Existem várias dessas praias na cidade de São Paulo e, curiosamente, uma delas está no Largo do Paissandu. Então, nós podemos dizer que houve uma apropriação do espaço. Mas essas vidas, que são precárias, e são tratadas com precariedade pelo poder governamental, por quem pensa projetos de habitação, acabavam mostrando outras possibilidades de uso do espaço urbano, impondo-se, e as crianças também se impondo nesse espaço e, curiosamente, o usando como deveriam ter feito durante todo o tempo.

Paula Shabel

Sim, acho que a Marcia dizia algo que é ressignificar a ideia desse espaço. Esse espaço não é nem todo perigoso, nem todo bonito, nem todo bom, como não é espaço nenhum. Perigosa é a pobreza. Perigosa é a falta de políticas públicas do Estado quanto à moradia, perigosa é a gentrificação. Há um monte de processos perigosos que afetam diretamente a vida material das crianças com as quais estamos trabalhando. Nesse sentido, também não vamos romantizar o cenário: é um cenário de múltiplos perigos. Mas não é somente isso. Na pesquisa, há um pouco do que a Marcia falava, dessa identidade, dessa pertença, e se há uma coisa que consegui observar no trabalho de campo, é que as crianças constroem um desejo muito grande de estar nesse lugar, e constroem sua identidade a partir da pertença a esse lugar. Além disso, tem uma coisa muito forte que surge, que é o permanente encontro. Essa é outra forma de viver a infância.

Nós temos uma imagem de infância muito individual, muito do que é a nossa família, e essa infância coletiva que surge dentro das organizações sociais – eu trabalho em casas que são prédios que têm três ou quatro andares, e moram todos lá dentro, e há espaços de encontro permanente. O valor que adquire o encontro para essas infâncias é um valor muito positivo, é um valor a partir do qual confluem sentidos e se constroem significados que geram infâncias com muita beleza e com um desfrute muito grande que também não pode ficar reduzido a um lugar perigoso ou um lugar pobre. Sim, é um lugar pobre. Mas o valor que tem para essas crianças o encontro, acho que é algo que devemos considerar e colocar em discussão para fazer um contraponto com aqueles discursos midiáticos do perigoso.

As crianças não querem sair desse lugar em que estão. Eu, além de fazer o trabalho em campo, fiz muitas entrevistas, e a verdade é que as crianças não querem sair. As crianças querem que este lugar tenha melhores condições, querem ter água limpa e querem ter luz, querem ter uma melhor cozinha e querem ter mais espaço. A reclamação principal das crianças com as quais trabalhei é ter mais espaço para brincar porque sabem que há pouco espaço, mas eles não querem sair da casa ocupada. Sua família é a organização. Temos que tirar das nossas cabeças a ideia da família nuclear: sua família é a organização, é o movimento social no qual se encontra. E seus adultos referentes são todos esses adultos referentes da ocupação.

Então, a ideia de sair de lá é a ideia de cortar um monte de vínculos que são fundamentais para suas vidas. Além de tudo o que Marcia disse – não quero repetir –, que existe a brincadeira, que eles aproveitam, tudo isso acontece e não pode ficar homogêneo numa ideia do perigoso, mas tem me chamado muito a atenção isso, como eles não querem sair da ocupação. Para eles, é seu lar, e não somente seu lar no sentido das quatro paredes, mas seu lar no sentido dos vínculos que têm se gerado lá dentro, e que são vínculos de muitíssima reciprocidade e muita solidariedade, entre as crianças que habitam o espaço e também com os adultos.

Além disso, pensando por outra parte, quais infâncias não são perigosas? Quais espaços não são? Senão, questionarmos isto seria acreditar que as infâncias burguesas, ou nas classes altas, ou em outros contextos, ou em outros bairros, não são perigosas. Deveríamos também questionar o que é o não-perigoso: as crianças medicalizadas, as múltiplas problemáticas que atravessam as infâncias com o consumo. Também fica idealizada a ideia de que há uma infância pobre que sofre e uma infância rica que está fora de perigo, enquanto que, se falamos em violência doméstica, é muito mais perigoso nos espaços de famílias nucleares que nos espaços das organizações. Nas organizações sociais, uma família que bate nos filhos, ou o homem bate na mulher, é facilmente identificável e o homem é expulso da casa. Há redes de solidariedade que também temos de visibilizar para poder perguntar-nos a que estamos nos referindo com o perigo.

Beatriz Corsino

Vocês falaram desses processos das crianças e dos jovens, sem idealizar ou romantizar a pobreza, nos ajudando a ver outros aprendizados que se dão nas formas de apropriação do espaço, das redes de solidariedade, de outras formas de viver que a gente muitas vezes desconsidera, pois só vê pelo lado da falta, da desvalorização. Na pesquisa que fiz, eu via muitos usos que as crianças e os jovens faziam da favela, como brincar na rua, conhecer os outros vizinhos, os lugares, tem um saber que todo mundo ali compartilha. As crianças estavam muito mais expostas aos problemas, às dificuldades, como ver o esgoto a céu aberto, o lixo, a violência. Mas também tinham outros aprendizados, a construção desse sentimento de pertencimento e do conhecimento da sua realidade. Eu queria que vocês falassem um pouco sobre os aprendizados que se dão na ocupação justamente por elas estarem nessa situação e participarem dos movimentos sociais.

Marcia Gobbi

Embora tenha muito mais precariedade, porque falta instalação em algumas casas, eles passam por um processo muito importante de transformação manifestada na construção das próprias casas que estão deixando de ser de madeira. As crianças estão participando desse processo, elas estão vendo e vivendo tudo isso e têm um conhecimento muito grande do lugar em que estão, conhecem bem o território e as pessoas que moram lá. Elas estão na região central da cidade de São Paulo, onde temos o que se convencionou chamar Cracolândia (termo que merece questionamentos por equivaler à Terra do crack, expressando um pensamento homogêneo sobre a região e, pior, sobre aqueles que a habitam, fazendo desconhecer a complexidade das relações ali existentes). Nesse lugar, a circulação das crianças das ocupações é regulada por suas famílias. O perigo é iminente, está do lado de fora. O dentro

da ocupação é sentido e construído como local de proteção. Num dos dias em que permaneci na Mauá, percebi que recebiam crianças que vinham das ruas da Cracolândia. Eu conversei com Nete, uma das maiores referências femininas na luta por moradia em São Paulo, ela afirmava: “É melhor que eles estejam aqui brincando com as nossas crianças”. Observo que há uma circulação dessas crianças que vêm para brincar, numa relação entre o perigo de fora e a proteção de dentro. O inverso, parece-me, não vai acontecer ou não acontece, pois essa região é vista como perigosa para aquela criançada. Em entrevista com Silmara, outra grandíssima referência na mesma luta, ouvi que, com a criançada menorzinha as saídas se dão com as avós, com as mães, pois tem uma predominância das mulheres nos cuidados para levar para a creche, para levar para a escola, raramente tem um transporte público e são caminhadas em direção às escolas públicas, várias na região.

Observando a permanência dentro das ocupações, a indagação era: e aí, o que é que se faz? Brinca-se bastante nos corredores, havendo uma limitação às falas mais altas e correrias, qual seja, o silêncio. Há placas pelas escadarias, todas pedindo silêncio. Corredores e dentro dos espaços em que moram, muitos com menos de 8 metros quadrados, são preenchidos de brincadeiras. Considerando que temos famílias com cinco crianças e duas adultas, por exemplo, todos dentro desse espaço, que é bastante pequeno, temos manifestações um pouco silenciadas. Há uma diferença bastante grande nesse uso do espaço, nos sentidos dados aos espaços quando elas estão no centro e quando elas estão no Jardim da União, lá no extremo sul. A ocupação Prestes Maia criou uma brinquedoteca, o que evidencia preocupação com a infância e seu direito à brincadeira, segundo meu ponto de vista. Carece de alguns cuidados, mas existe materializada no espaço, o que não é pouco.

Paula Shabel

Na verdade, é impressionante a similitude do relato da Marcia com o que tenho para dizer, fico muito impressionada com a semelhança. Claro que um dos conhecimentos principais que as crianças desenvolvem tem a ver com o conhecimento do lugar e do espaço, das ruas, como andar de ônibus, a que horas sair e a que horas não sair, qual é a loja *que fia*, e qual a que não é legal, mas o que tem me surpreendido mais dos conhecimentos dos quais vão se apropriando as crianças por fora dos processos de educação formal tem a ver com o conhecimento sobre como funciona o Estado, como funciona o governo, como quando vem a assistente social, tem que fazer silêncio, tem que ir para o quarto e ficar calado, ou tem que sair para que não veja quantas pessoas moram no quarto, ou tem que deixar fora o cachorro porque na realidade não pode ter um cachorro dentro da casa, todos esses aspectos, todas essas coisas que ninguém diz, mas que todos sabemos como deve funcionar.

As crianças sabem o que deve ser feito quando a polícia chega, sabem o que fazer quando chega a assistente social, sabem o que fazer, inclusive, quando chega um referente importante do movimento social e como, quando os adultos estão de mau humor, significa que alguma coisa grave aconteceu, então, nesse dia, fazem mais silêncio e se comportam melhor. Inclusive, para as crianças, nas ocupações, nos corredores, são os espaços onde a informação é compartilhada. Então eu tenho muitas fotos de cartazes que dizem “tal família deve x dinheiro” ou “tal dia tem

marcha, esperamos todos em tal lugar”. Então eles vão observando isso e falam “ah, claro, tem marcha, então alguma coisa aconteceu com o governo” e conversam entre eles: “Ei, o que aconteceu com o presidente, ele fez alguma coisa?”, “temos que ir à marcha, bom, vamos” ou “não iremos, melhor ficarmos”.

A verdade é que o conhecimento de como funciona o aparelho governamental que têm as crianças desde muito pequenas, isso tem me surpreendido muito. E por outro lado, o conhecimento de como funciona a organização: do que significa fazer uma reunião, do que significa fazer uma assembleia. Enquanto eu ouvia a Marcia falar, me lembrava de um dia que eu cheguei numa das ocupações e as crianças estavam fazendo um cartaz onde convocavam a uma “reunião de crianças” porque estavam cansadas pois não deixavam elas brincarem em lugar nenhum.

É um pouco o que Marcia dizia sobre o silêncio, se podem gritar ou não podem gritar, não deixavam as crianças brincar em lugar nenhum e, também, seus quartos são muito pequenos e moram seis ou sete pessoas lá dentro, não têm espaço, então eles vão para os corredores, nos corredores fazem muito barulho, quebram coisas, são muito pouco cuidadosos com o espaço e os adultos ficam bravos, gritam com eles, os mandam voltar para os seus quartos, e um dia as crianças se chatearam tanto que fizeram uma “reunião de crianças”, e chamaram os dirigentes da ocupação para que chegassem lá para reclamar por um espaço para brincar para as crianças onde ninguém os perturbasse. E pediram que fosse assinado o caderno que os adultos têm, que é o livro de atas, e eu não sei como as crianças sabiam que nas reuniões havia um livro de atas, porque geralmente eles não vão nas reuniões, mas sabiam perfeitamente como convocar, onde colocar o cartaz, a que horas convocar. Tiveram uma discussão sobre como convocar no sábado, “não, mas no sábado não tem ninguém, melhor convocar na sexta-feira”, e discutiram que horas era melhor convocar para a reunião porque ia ter mais gente, e esse dia passaram pelos quartos para buscar as crianças, e falavam para os adultos: “Você não pode vir, somente as crianças podem vir nessa reunião”. O conhecimento de como se organizar para reclamar por algo que eles consideravam justo para eles é algo que nunca ninguém ensinou formalmente para eles e que, mesmo assim, sabem muito bem.

Beatriz Corsino

Como é que vocês acham que a brincadeira ou o jogo de futebol podem se tornar uma ação política das crianças nesse contexto? Revelam, também, de alguma forma, as diferenças, os conflitos intergeracionais?

Paula Shabel

Sobre os conflitos intergeracionais? São muitos. O tempo todo. Um pouco é o que falávamos antes sobre não romantizar esses espaços e não achar que, porque estão todos juntos, os vínculos são necessariamente amigáveis ou pacíficos, mas também partir de uma análise materialista, entender que quando o espaço é escasso, os conflitos são muitos. Uma das minhas principais considerações é que o espaço é fundamental em todas as etapas da vida, mas que, na infância, adquire uma relevância realmente impressionante. Um pouco, a qualidade dessa etapa da vida tem a ver com as possibilidades de andar pelo espaço e de contar com um espaço. Portanto, a escassez do bem precioso que significa, nas cidades tão populosas como

São Paulo ou Buenos Aires, o espaço condiciona muito as formas de vinculação, das crianças entre si e com os adultos.

Os conflitos intergeracionais têm a ver com quais são os usos do espaço: se pode correr, se pode pular, se pode estar sentado fazendo o dever com um colega ou se os adultos vão estar utilizando o espaço para alguma reunião, se pode pedir o espaço para comemorar um aniversário, se as famílias não podem ter silêncio para poder conversar. A verdade é que as relações intergeracionais estão mediadas por esse bem. Acho que, também, para entender os conflitos intergeracionais, temos que ir a uma coisa que Marcia falou antes e que escreveu em um e-mail também, que é o lugar das mulheres nesses espaços: são as mulheres que ordenam um pouco as relações intergeracionais, as que estão lá, na cabeça das criações, e, portanto, habilitam canais de diálogos, e quando as mulheres não estão, realmente é muito mais difícil para os homens, nestes espaços, se aproximar das crianças a partir de um lugar que não seja o da violência.

Os conflitos são permanentes porque a pobreza é conflitiva e, claro, nesse ponto, o eixo da classe e da idade se entrecruzam, como se entrecruzam também com o gênero. Mas, outra vez, voltando talvez à primeira pergunta, mesmo que sejam particulares as formas em que acontecem as relações intergeracionais, não acho que sejam mais positivas nem mais negativas que em outros espaços, porém, diferentes, e que têm conflitos diferentes e também têm momentos de muito encontro. De novo: estar numa manifestação, comemorar que deu certo um aluguel ou que o governo cedeu a propriedade, e o lugar que as crianças têm nessa ocupação, porque as famílias sabem que as crianças fazem parte fundamental dos processos de luta. É uma alegria compartilhada que gera um vínculo muito forte que não sei se podemos entender inteiramente, mas que podemos, sim, dar conta disso.

Marcia Gobbi

Percebi alguns conflitos entre as crianças, ora pelo próprio uso do espaço dentro da ocupação, ora por querer brincar e ter o desejo combatido e invalidado pelo outro. Surge uma discussão, conflito físico, confronto dentro dos próprios espaços no desejo de brincar e de ocupar os espaços, mas não avalio como diferente de outros espaços de convivência entre muitas crianças. Retomando o que a Paula mencionou, observa-se que a presença dessas crianças faz com que determinadas áreas sejam desocupadas para que elas possam ficar e brincar. Outras lutas são implicadas à luta por moradia, extravasando-a. Luta-se pelas doações ou tentativas de compras de brinquedos para as próprias crianças, ou seja, há um condicionamento pela própria presença. Repito o que fora dito quanto à Praia Urbana no Largo do Paissandu. Sons diferentes passam a dominar e a construir o lugar, os brinquedos em desuso têm sua função cumprida, a areia da “Praia” passa a ser revirada e motivo de brincadeiras. Enfim, alterações no espaço e suas transformações a partir das próprias crianças que nos levam a considerar, nesse espaço, especialmente, a presença de diferentes temporalidades. Por exemplo, brincadeira do balanço junto à Igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos, do século XIX se não me engano, tem detalhes de outras épocas, a relação própria ao que é possível conceber como cidade, ou urbano. Embora seja pouco usada, as crianças, ao movimentarem-se, forçam a existência desses espaços.

O grande desafio é não romantizar esse espaço, ou a própria infância, pois há sofrimento numa forma de vida de ausência de direitos, mas de fato, a presença delas vai implicar outro uso dos espaços e certa dose de pulsação da vida, que, como venho perseguindo, ou sendo perseguida pela pesquisa, observa-se que isso expressa formas de luta, particulares formas de luta envoltas em brincadeira e reivindicações, ainda que entre as falas, entre pedidos e descobertas. Ainda considerando as observações, nota-se que, ao mesmo tempo que o silêncio que é imposto, em algumas ocupações está implicando também um jeito de corpo que é diferente. Ter que ficar em silêncio traz implicações às relações. Como uso os desenhos como recurso metodológico, observo certas peculiaridades naqueles criados pelas meninas e meninos da Mauá e Prestes Maia. Embora possamos ter crianças numa mesma faixa etária, o fato é que esse corpo ocupante-morador é um corpo silenciado e que, curiosamente, desenha. Um corpo silenciado e que desenha de modo singular. Tenho como hipótese que essa manifestação expressiva ganha espaço, mas também serve como mecanismo disciplinador, lamentavelmente. Há uma lógica nessa relação, em que o silenciamento grita em traços e os faz belamente. Expansão e contenção constantes.

Beatriz Corsino

Mas elas respeitam, então, o silêncio? Elas não rompem com ele? Porque poderia haver um “faz silêncio! Cala a boca!” e as crianças continuassem aos berros e estarem nem aí. Uma obediência a essa autoridade.

Marcia Gobbi

Nós, eu e o grupo de estudantes em seus diferentes níveis de pesquisas que compõem o grupo de pesquisa coordenado por mim, inventamos uma brincadeira, que era uma caça ao tesouro em todos os andares, isso foi na Mauá. E aí, nós éramos usados para que o barulho acontecesse. Ao passar pelos corredores, percebia-se uma orientação: “Aqui é para ficar mais quieto”. Para fazer silêncio, então eles mesmos falavam: “A gente não pode correr tanto aqui, sabia?” Mas aí eles olhavam para a gente e corriam, quer dizer, tinham uma autorização implícita, ou se apoiavam em nós. As crianças diziam que lá havia uma bruxa que faz com que as pessoas e crianças fiquem quietas. Daí, uma figura feminina e importante liderança explicou: “Sou eu a bruxa. Eu já sei que eu sou a bruxa. Perguntei: e por quê? “Porque eu determino quem entra, quem sai, quais horários, com quem. Portanto, eu já sei que sou eu e fico tranquila de ser a bruxa”. Mas o fato é que existe um regulador no uso desse espaço, que é uma mulher da ocupação recriada em forma de bruxa. Vida em constantes subversões, aceitações e negociações.

Beatriz Corsino

Interessante. E como vocês entendem a ação das crianças dentro do movimento? Elas são escutadas, elas têm algum lugar, ou tem essa visão “ah, não, criança é para brincar”? Como é que vocês entendem isso?

Paula Shabel

Nas organizações de Buenos Aires, há uma tradição muito grande de participação de crianças, que um pouco aconteceu no Brasil com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Aqui em Buenos Aires, foi muito forte o Movimento Nacional Chicos del Pueblo, que foi uma organização muito grande que promovia a participação infantil em todos os espaços de luta. Porém, nas ocupações onde eu

trabalho, a tradição não vem desse lado, não há um reconhecimento que talvez haja em outras organizações, em abrigos e refeitórios populares, mas não nas ocupações. A sensação é que não há uma reflexão muito grande sobre o lugar que ocupam as crianças, porque é tão cotidiana a luta, é tão parte da vida, que não há uma reflexão sobre que lugar ocupam os homens, as mulheres, as crianças. Talvez seja tão difícil como perguntarmos o que acontece em nossas casas, com nossos filhos, com nossos companheiros.

A verdade é que é muito difícil que as crianças sejam escutadas pelos adultos, de fato, já contei para vocês isso de que as crianças tiveram que fazer uma assembleia, uma reunião para apresentar suas reclamações. De modo geral, a própria cotidianidade não lhes outorga um espaço de protagonismo, o que não significa que não se reconheça a importância que as crianças têm, por exemplo, na vida econômica: todas as famílias das ocupações contam com os irmãos mais velhos para fazer as compras, cozinhar, cuidar dos menores e, nesse sentido, há, sim, um reconhecimento muito forte do lugar que as crianças ocupam na atividade produtiva das ocupações.

Com relação à atividade política, o movimento feminista foi muito claro nisso: no momento em que as mães começaram a ir às manifestações com seus filhos e filhas, as infâncias passaram a ser parte da atividade política cotidiana. A inclusão de crianças no movimento é a consequência de uma necessidade e não de uma reflexão política de “bom, vamos incluir as crianças na política? Vamos perguntar para eles o que pensam?” Foi algo que aconteceu. Acho que só agora estão dando alguns espaços para que as crianças possam opinar, um pouco a partir das perguntas do movimento feminista, pelo menos na Argentina, está nos obrigando todos a fazê-lo. O que aconteceu com a lei do aborto atravessou as vidas dessas organizações sociais, e, neste sentido, as crianças, sobretudo os adolescentes, foram protagonistas desse processo. Mas também não é produto de uma reflexão, senão de que a sociedade foi nesta direção, então agora há mais escuta em direção às infâncias e, sobretudo, às adolescências. Mas o Movimento não tem canais de diálogo específicos com as crianças, e também não sei se há um interesse por parte das crianças em participar dos processos políticos, como ir a uma assembleia ou ir a uma reunião.

Acho que o desafio é pensar que forma de participação política convocaria as crianças, mais do que querer somá-los ao que já estão fazendo os adultos e as adultas. Acho que o desafio das organizações é esse, porque também não se pode levar uma criança de dez anos a uma reunião que dura cinco horas, ela vai se entediar, vai querer ir para casa. Então acho que o desafio é esse: nos perguntarmos que formas específicas de participação de crianças podem existir nesses espaços que também não atente contra essa particular etapa da vida que estão vivendo, porque se para a gente é um tédio estar numa reunião cinco horas, no caso das crianças é impossível.

Beatriz Corsino

E quando as crianças fizeram essa reunião para reivindicar os espaços para brincar, os adultos receberam bem essa negociação?

Paula Shabel

Na verdade, as crianças começam a ir às reuniões quando têm um interesse. Não há uma idade no Movimento, então alguns deles, já aos quatorze ou quinze anos,

começam a participar, mas no formato dos adultos. Já alguns que têm vinte não vão e não irão nunca porque não lhes interessa. Não há uma idade, tem a ver com o interesse que tiver cada criança de se unir à atividade dos adultos. Não há um convite formal por parte do Movimento, mas quando as crianças decidem participar também não há uma proibição por idade.

Marcia Gobbi

Quanto à participação, o que tenho visto é um discurso bastante frequente, por parte das mulheres, de falar sobre o direito de fala das crianças. Elas argumentam que quando as crianças vêm às reuniões, às assembleias, e elas têm direito a participar, o que elas falam é ouvido. Mas isso é uma fala das mães, avós e representantes das ocupações. Não presenciei ou fui informada da existência de um grupo infantil organizado à parte aos adultos e adultas. Elas estão acompanhando e falando, ao mesmo tempo, em algumas situações e assuntos.

Há uma participação, uma vez que elas vão dizer o que elas querem, então podem estar presentes nas assembleias. Os bebês estão nas assembleias. Há uma forma cooperativa de cuidados dos bebês e das crianças, portanto, elas estão em grupos nas assembleias, nas grandes discussões, no momento de festa quando se dá a ocupação, as crianças estão lá, de corpo inteiro, e não são caladas. Algo sobre o que pensar, e muito.

Beatriz Corsino

Vocês falaram desse modo de vida mais coletivizado das crianças, e das famílias também, dessa rede de apoio. Queria que vocês falassem um pouco como é que se dá essa forma mais coletiva de viver das crianças.

Marcia Gobbi

Na União, no extremo sul, o próprio espaço garante essa forma mais coletiva no modo de viver. Então, é como se as crianças fossem de todo mundo, porque muitas pessoas conhecem muitas crianças e frequentam umas às outras, dormem nas casas e ficam nas casas. Enfim, referem-se às diferentes pessoas, todas elas mulheres, como aquelas que “olha, eu vou passar um dia na casa de tal pessoa. Eu vou na casa de tal pessoa.” Sobre as mães, respondem: “Ué, minha mãe tá não sei aonde. E eu tô aqui brincando”. E comem doces e os oferecem, muitos salgadinhos, muitos, o que reforça em mim certa preocupação quanto à alimentação. Enfim, contém essa forma cooperativa mesmo, de cuidados das crianças. Na União, se dá da mesma maneira. Parece-me haver um cuidado mais coletivizado entre algumas famílias vizinhas, mais próximas. Observei essa relação ao propor que fizessem desenhos. Ao indagar sobre o processo de elaboração de um dos desenhos que chamou-me muito a atenção, recebi como resposta que havia ali a “mãe do David”. Disse-me um dos meninos: “Ah, é a mãe do Davi que vai e ensina a gente a desenhar”. Mas a mãe do Davi é sua tia? “Não! É que todos nós ficamos juntos com a mãe do Davi e ela ensina todo mundo a desenhar”.

Considerarei então a presença de outro modo de estar junto, de ocupar esse espaço e de ter essas referências – nesse caso, uma mulher que acolhia outras crianças, e desenhando –, que são referências para as diferentes crianças. Estar bem próximo é bastante constante. Na Paissandu, por exemplo, você tem algumas mulheres que vão cuidar das crianças com a alimentação, na hora de tomar banho (que a gente não

sabe exatamente onde era, mas existia uma orientação para isso acontecer). Todas elas recebiam chamadas e ficavam com uma, duas, três, e frequentavam as barracas e estavam ali, meio que todo mundo junto. As crianças estão bem misturadas ali com todas elas tendo algumas referências adultas.

Paula Shabel

Na verdade, todas as referências que Marcia dá sobre as criações coletivas e a socialização do cuidado, sobretudo das mulheres com as crianças, também acontecem em Buenos Aires. Talvez, o que mais tem chamado minha atenção é que, na ocupação, como é o mesmo prédio, não somente o mesmo bairro, mas é a mesma estrutura que se compartilha, há uma noção muito clara de que é entre todos que se paga a luz, é entre todos que se pagam os serviços, é entre todos que se paga ou que se negocia com o Estado. A noção de comunidade excede a circulação das crianças, é uma comunidade muito construída a partir do material: se não estivermos todos juntos pagando o aluguel, se não estivermos todos juntos pagando os serviços, se não estivermos todos juntos no dia da reunião, vamos ser expulsos. E isso acontece todos os meses.

Uma coisa que acontece e que chamou muito minha atenção foi quando pedi para as crianças que desenhassem sua casa. E, no desenho da casa, os mais pequenos desenham o interior do seu quarto. Mas, a partir dos oito ou nove anos, desenham o prédio completo. A noção de casa é o coletivo da organização social que mora lá dentro.

Então, temos que seguir indagando, acho, a ideia de viver em comunidade. A comunalidade que se produz entre as crianças chega até um lugar que ainda me parece difícil de conceitualizar, mas que significa “a vida é juntos”, “a vida é nesse prédio porque nossa casa é a casa de todos”, porque o espaço material assim o condiciona também.

Beatriz Corsino

E essa experiência contrasta tanto com a experiência de uma infância mais burguesa, de uma criança de classe média, que está cada vez mais enclausurada na sua casa, no seu computador, no seu celular. E muito sozinha também. Um sofrimento por causa do isolamento.

Paula Shabel

Há uma coisa muito interessante também, para não romantizar o coletivo, é que, às vezes, o celular ou o computador é o único momento que as crianças têm de intimidade, também o valorizam muito como o único momento do dia em que estão sozinhas. Como o espaço é tão escasso, e estão o tempo todo entre todos, a possibilidade de ter uma conversa por Facebook ou no computador é o único momento solitário, que é totalmente o contrário de uma infância burguesa. Fico pensando no conceito de propriedade coletiva. Nós três chegamos a compreender o conceito de propriedade coletiva sendo adultas, e essas crianças, já aos dez ou onze anos, podem explicar, ou pelo menos experienciar e viver, o que significa a propriedade coletiva. Admite uma possibilidade real o compartilhar, dividir a vida, de alguma maneira.

Marcia Gobbi

Na ocupação da Prestes Maia, a área é muito grande e tem andares somente com imigrantes e refugiados. Tem alguns andares com bolivianos, por exemplo. Então, isso que a gente está comentando que eles andam juntos, estão brincando juntos, mas aí tem uma questão: os chineses, como são conhecidos os bolivianos, não brincam tão juntos. As mães, muitas vezes – em especial das crianças bolivianas –, têm certas

ressalvas em consideração a brincar com as crianças brasileiras, que elas consideram bagunceiras. É possível criar pequenos grupos dentro de um grupo maior, são os paraguaios, os bolivianos e as crianças brasileiras. Isso foi abordado por uma orientanda em seu mestrado, a Carolina Abrão. Vão sendo compostas brincadeiras diferentes. Às vezes, furam um pouco esse cerco e todos se misturam.

Beatriz Corsino

Tem essa questão do imigrante que pega?

Marcia Gobbi

Pelo que observo, sim, pega. São grupos distintos, têm outra língua, chegam com outros modos de vida. No início do processo de ocupação no Jardim da União, eles fizeram uma coisa bacana com os bolivianos que lá chegaram. O que foi feito? Bom, você pode contribuir com alguma coisa. “Você vai dar aula de espanhol”. Então eles foram incorporados, passando a se relacionar com os demais moradores.

Beatriz Corsino

E vocês acham que essa forma de viver a infância, mais coletivizada, e que também se faz presente de uma outra forma nos espaços da cidade – eu estava lembrando também do seu texto, Marcia, que eu li, sobre o jogo de futebol, que você fala sobre essa presença do jogo de futebol na rua –, se isso favoreceria um engajamento mais político, a preocupação com o mundo comum, com outras preocupações que atravessariam essa infância?

Marcia Gobbi

Algo sobre o que venho refletindo é o atendimento das crianças do Centro pela Porto Seguro (empresa seguradora brasileira), que é quem está nos debates, na disputa por essa região central. Preocupa-me a inexistência de diálogo entre moradores da ocupação e as formas usadas pelas professoras junto às crianças. Infiro que as crianças pequenas da ocupação, ao irem para a creche, receberão uma formação contrária àquela vivida cotidianamente. Disputa-se entre o formar para o coletivo e uma formação universalizante que pressupõe o individual como valor e prática social a vigorar nas relações. Mas, como sabemos, as crianças – e nós – são atravessadas pelo contexto em que estão imersas e o constroem também a seus modos. Quero acreditar que argumentem, de um modo ou de outro, algo assim: “Não, mas a gente vive tudo junto”.

Paula Shabel

Não há motivos para pensar que uma forma de infância necessariamente leva a uma forma de vida adulta. Nem uma infância triste ou solitária vai levar necessariamente a construir adultos que não possam se relacionar. De fato, um pouco como dizia Marcia, a coletivização dos espaços, a coletivização dos objetos é vivenciada por muitas crianças como uma consequência da pobreza, e não como uma escolha. E isso é muito problemático, porque acaba sendo um estigma e não uma alternativa. Então, muitas vezes, o que acaba acontecendo é que essas crianças são como fanáticos da propriedade privada, porque é aquilo que não podem ter, e a alternativa do coletivo não é vista como alternativa, mas como uma necessidade, algo que é feito porque não há o que fazer, e isso se torna muito problemático nesse contexto. Porque, talvez amanhã, quando puderem ter sua casa própria, são os primeiros que vão querer tê-la. Porque nunca a tiveram, porque nunca puderam tê-la. A única forma de construir uma vida adulta diferente é tendo mais possibilidades. Não é que uma infância mais coletiva vai gerar uma solução mágica no futuro. Adoraria poder dizer o contrário, mas é que funciona, muitas vezes, de forma oposta ao que gostaríamos.

- Beatriz Corsino** Mas, no presente, vocês percebem algo mais solidário, uma preocupação maior com o outro?
- Paula Shabel** Eu acho que há, sim, uma ideia de uma vida em coletivo que, sim, vai sendo gestada nestas infâncias e, de fato, é algo que vão levar como prática: uma ideia de dividir com outros o tempo todo. Porque, além disso, a necessidade leva a gerar estratégias coletivas de criação, de educação, de saúde, de cuidado. No grupo que surge das crianças, são, sim, muito cuidadosos entre eles, não vão deixar que ninguém machuque seu companheiro. Eu também me sinto um pouco insegura, às vezes, estando nesses espaços que tínhamos dito que eram como “perigosos”, porque há também uma ideia de cuidado do tipo “bom, você é da gente, você vem da gente, não vamos deixar que ninguém te machuque, e se acontecer alguma coisa com você, vamos ajudar e, mesmo que não tenhamos dinheiro, vamos juntar e sair vendendo alguma coisa para que você tenha o que não pode ter agora”. Acho que isso, sim, é algo que vai se reproduzindo no Movimento, entre os adultos, entre as crianças. A experiência de ter atravessado uma participação coletiva deixa, sim, marcas de socialização que vão ter efeitos no resto da vida dessas crianças. Não há uma ideia linear, onde isso vai significar que eles serão de uma maneira ou de outra, mas a experiência do coletivo traz efeitos, nós veremos.
- Marcia Gobbi** Acho que nesses momentos assim, ao cuidar umas das outras, algo que é muito frequente é as maiores cuidando de bebês, de crianças muito pequenininhas. Pega no colo, e leva, e troca, tem carinhos, tem cuidado mesmo. Inicialmente, eu perguntava: Mas é sua prima? É sua irmã mais nova? Mas não é, é a Lorena. Quem é a Lorena? Lorena é um bebê que requer cuidados próprios aos bebês. Então tem um cuidado, uma brincadeira com cuidado, no estar junto. Mas ela vai junto? Ela é muito pequena. “Não, mas ela pode ir junto com a gente, porque a gente cuida dela”. Existe um cuidado ali de todo mundo. Mas algo que seja tão diverso do que eu já vi nas outras crianças? Não. Tem esses cuidados mesmo. “Aqui é nossa casa”. Tem um respeito, tem o chamar para entrar, de me mostrar, de mostrar com certo orgulho, de estar meio que todo mundo junto.
- Beatriz Corsino** Curioso como lá em Buenos Aires e aqui em São Paulo, apesar das suas especificidades, temos muitas coisas em comum. De repente, tem mais proximidades entre essas duas infâncias que vivem em ocupação do que entre uma outra de classe média alta dentro do próprio país.
- Marcia Gobbi** Estamos procurando as crianças e suas manifestações, particularmente, estou encontrando especiais formas de lutar e se fazer presente cotidianamente, algo simples e que ainda pouco notamos, me parece. Acho que é um desafio muito grande para a gente não achar que as crianças são as grandes redentoras, porque não são. Vivem em condições, de fato, muito precárias, de pobreza. É importante a gente dizer isso. Um descaso entre as políticas governamentais, em discutir com todos sobre o direito à moradia, ao brincar dignamente, à educação, enfim, tudo que já sabemos. Mas acho que elas vão criando – quando você chama a atenção para que nós falemos sobre as brincadeiras e tudo mais – para a gente pensar que há uma

forma particular dessa luta, que talvez esteja sendo tecida pelas próprias crianças no seu cotidiano. Há uma especificidade. É um modo particular de luta que é tecido pelas crianças no cotidiano. Isso é importante. Porque senão a gente pode correr o risco de cometer equívocos ao afirmar: “Olha que bacana, elas estão brincando”. Sim, olha que bacana estão brincando, mas poderíamos ter condições em que essas desigualdades não estivessem presentes e o brincar e desenhar e tantas outras formas de se relacionar com o mundo acontecessem em boas condições.

Beatriz Corsino Até que ponto é desigualdade ou é diferença, isso é uma questão, né? Paula falou disso também, que essa diferença também se dá pela vulnerabilidade, pela pobreza.

Paula Shabel Há colegas e companheiros que fazem análises econômicas ou políticas do que está acontecendo. E essas análises são necessárias, mas, nesse ponto, é quando as crianças ficam mais invisibilizadas, porque são poucos os que colocam centralidade no impacto que está tendo todo esse avanço neoliberal no continente, nas crianças, especificamente. Lembro que pensava, quando Lula foi preso, não, quando destituíram Dilma, lembro que pensava: o que os professores vão dizer aos seus alunos no dia seguinte? “Perdão, era mentira a democracia” ou “Perdão, isso aqui não serve”. Isso vai deixar marcas nas crianças, isso significa algo. E, às vezes, nas análises conjunturais mais macro, isso fica invisibilizado, o lugar que têm as crianças e os efeitos que todos esses processos têm nessa etapa da vida. Então, no meio de todo o caos que estamos vivendo na América Latina, agradeço a possibilidade de usarmos um tempinho para dar lugar às crianças.

Beatriz Corsino Bom, muitíssimo obrigada pela entrevista.

Marcia Gobbi Muito obrigada!

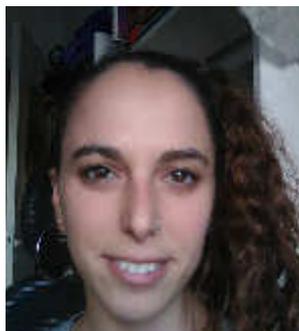
Paula Shabel Obrigada.

RESUMO As ocupações, de modo geral, são povoadas por crianças de todas as idades, que vivem todas as aventuras e descobertas da infância em uma situação bastante diferenciada. O que acontece dentro das ocupações fica distante dos olhos da maior parte da sociedade e, nesta entrevista, abordamos o cotidiano de ocupações urbanas nas cidades de São Paulo e Buenos Aires. Ao conhecer a realidade das crianças, seja do ponto de vista delas, seja do de suas famílias, percebemos que a visão do observador externo pode estar carregada de preconceitos. Por exemplo, ao enxergar nesses atores mirins o antigo papel de coadjuvantes dos momentos históricos. Ao lançar luz sobre a temática das ocupações e o protagonismo da infância nesses eventos, somos levados a ultrapassar a falsa ideia das ocupações apenas como eventos sociopolíticos, alcançando também a materialidade das apropriações subjetivas que esse contexto possibilita. Mesmo diante dos riscos que a tarefa das ocupações impõe aos seus participantes, por meio dessa entrevista, as crianças começam a surgir como inventores e mantenedores de formas particulares de lidar com os temas da igualdade, identidade, intergeracionalidade, contestação e apropriação.

Palavras-chave: infância, ocupação por moradia, políticas sociais, protagonismo infantil.

DATA DE RECEBIMENTO: 02/07/18

DATA DE APROVAÇÃO: 05/09/18



Paula Nurit Shabel

Doutora em Ciências Antropológicas pela Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina, onde também é docente. Suas pesquisas tratam o tema da infância e organizações sociais, bem como a construção do conhecimento social por parte das crianças. Trabalha no Consejo Nacional de Investigaciones Científicas (CONICET), Argentina.

E-mail: paulashabel@gmail.com



Marcia Aparecida Gobbi

Cientista Social, Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Mestre e Doutora em Educação (área de Ciências Sociais e Educação), pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. Investiga e orienta pesquisas relacionadas à infância, em especial na produção de imagens em contextos urbanos e escolares, e ensino de Ciências Sociais.

E-mail: mgobbi@usp.br



Beatriz Corsino Pérez

Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)/ Campos dos Goytacazes, Brasil. Investiga e orienta pesquisas sobre infância e juventude, em especial sobre os temas: participação, política, suas relações com a cidade e o campo, educação e psicologia escolar. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ) e do Núcleo de Pesquisa Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas (NIJUP/UFF).

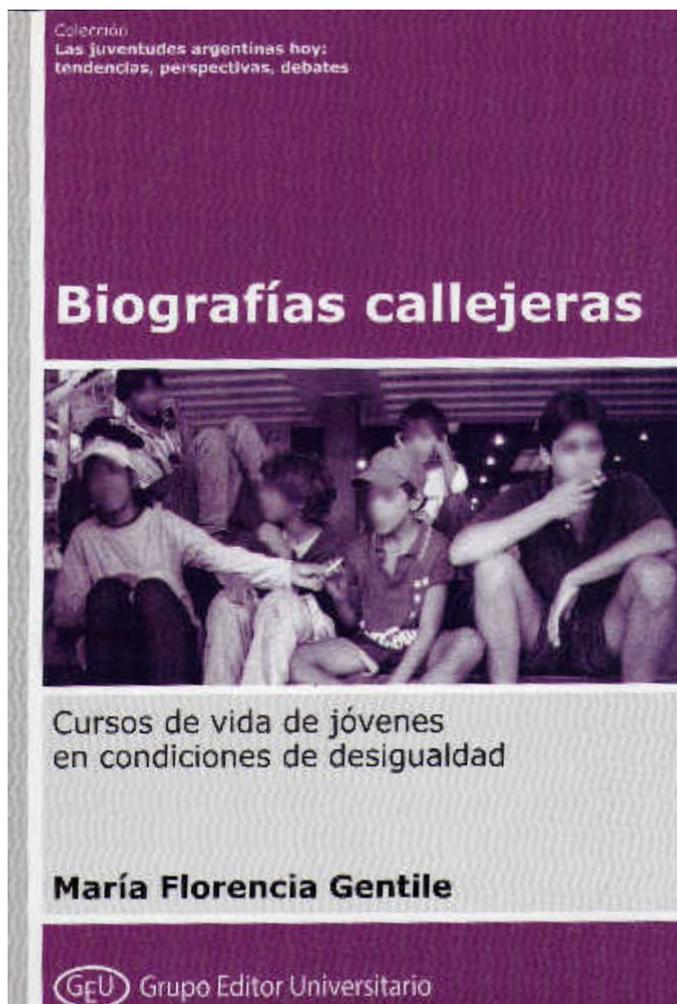
E-mail: biacorsino@gmail.com

Biografías callejeras. Cursos de vida de jóvenes en condiciones de desigualdad, de María Florencia Gentile

RESENHA POR

María Celeste Hernández

A rua a partir das margens sócio urbanas: cursos de vida e experiência juvenil



A rua é objeto de múltiplos sentidos e moralidades e adota particulares significações e valores quando quem se relaciona com ela são crianças e jovens. Se, além disso, quem as habita são adolescentes e jovens de setores populares, a relação se constrói como problema público, a rua é focada como lugar nocivo e de carências, e essas e esses jovens se tornam protagonistas das trajetórias “desviadas” ou “interrompidas” por efeito da sua experiência de rua. Até aqui, imagens que emergem do senso comum e hegemônico, maneiras de abordagem que fundamentam instituições e intervenções sociais e pontos de partida, inclusive, de olhares acadêmicos sobre a temática. Eis aqui também o primeiro desafio que enfrenta a autora deste livro, o de fazer notar que a compreensão das dinâmicas sociais em estudo deve construir-se a partir da revisão e tensionamento dessas concepções, cuja exposição é feita no primeiro capítulo. Porém, é ao longo da obra inteira que Florencia Gentile vai desmontando esses sentidos para sustentar - e demonstrar sobejamente - que somente colocando-os em espera é possível construir outras questões e olhares que permitam conhecer as experiências de vida dessas crianças, adolescentes e jovens.

A autora mostra, a partir do exemplo do seu texto, uma análise que toma como ponto de partida a perspectiva dos seus interlocutores. E isto, longe de transcrever suas palavras em pretensão de “dar voz”, consiste em inscrever essas vidas e relatos em suas relações e configurações de sentidos. Trata-se, tal como evidencia a autora, de imbricar em sua interpretação o momento histórico político, sem perder de vista a posição social das e dos atores com quem forja a pesquisa. E é, então, que a obra desenvolve uma abordagem etnográfica (Fonseca, 1999), que consegue oferecer uma interpretação da rua como *mundo social* e compreender, nela, a participação das e dos jovens.

As biografias de três adolescentes são apresentadas nos restantes capítulos. E, se por uma parte, a análise de cada uma incorpora pontos de vista e dimensões que nos advertem das diversas maneiras possíveis de relação com a rua entre as novas gerações das margens sócio urbanas, por outro - contribuindo para o argumento central da obra -, vão apresentando os usos da rua como organizadores dos cursos de vida. O segundo capítulo foca-se nas biografias dos adolescentes que moram nas ruas da cidade de Buenos Aires e retoma - para sua problematização - aquela inquietude pelos “motivos da saída do lar”, que costuma estar presente tanto nas pesquisas acadêmicas como nas instituições e políticas públicas. A proposta do capítulo é então analisar o relato dessa saída, mais do que como uma descrição dos motivos, como uma elaboração por parte dos atores. Essa abordagem possibilita, por uma parte, evidenciar as múltiplas dimensões que implicam as relações das e dos adolescentes e jovens com a rua, assim como dos diferentes processos, tanto estruturais como relacionais, que são necessários para que efetivamente se produza a participação de crianças e jovens neste espaço social. E, por outra parte, possibilita visibilizar que o lar e a rua não necessariamente constituem momentos vitais sucessivos, nem espaços mutuamente excludentes.

Aqui, apresenta-se um novo desafio analítico para a autora: se o ingresso à rua se refere a um processo de afastamentos sucessivos e a trajetórias onde a casa e a rua podem se alternar, como é que, para os jovens, a saída dos seus lares se apresenta como um ponto de inflexão em suas vidas? “A que remete tal passagem ou inflexão?” (Gentile, 2017, p. 34). A relação entre a rua e a organização dos ciclos da vida começa a emergir nas respostas, e é assim que a participação na rua engloba múltiplas dimensões (econômicas, sociais, espaciais, culturais e morais) que fornecem elementos para o exercício da autonomia e possibilitam mudanças e transições etárias.

O terceiro capítulo se estrutura em torno da biografia de um adolescente que mora num bairro segregado da periferia bonaerense. Também é este o caso e, mesmo que não se encontre “em situação de rua”, “*callejear*” é central na sua sociabilidade e resulta relevante na organização do seu curso de vida. Os múltiplos usos da rua participam no ordenamento das idades e assinalam a passagem da infância à condição juvenil - de rua - e, depois, se existir essa possibilidade, à vida adulta. A autora identifica que a circulação por diferentes espaços sociais e institucionais fazem com que a sociabilidade de rua não seja o único esquema temporal da organização de vida e que, portanto, as vivências destes jovens apresentam alternâncias entre múltiplos status e papéis etários. Suas formas de organizar o curso da

1 Nota do Tradutor: andar pelas ruas sem destino predefinido.

vida giram em torno da relação com a rua e se alternam e solapam com intenções de que a escola, o mercado de trabalho e outras instituições - ao redor das quais se organiza uma condição juvenil normativa - possam participar deste ordenamento.

Perto do fim do livro, Florencia Gentile consegue, em suas “palavras finais”, enlaçar os fragmentos apresentados nos capítulos precedentes para, a partir das biografias analisadas, problematizar a relação das e dos jovens com a rua. Dois eixos organizam essa última seção, sintetizando as preocupações da autora. “O que oferece a rua aos mais jovens?”, interroga-se no primeiro deles. Sua resposta desarticula os olhares que enxergam a rua exclusivamente como o lugar da falta, ao mesmo tempo em que desmonta aquelas explicações de participação na rua como automática para essas populações, ou o resultado de escolhas pessoais e/ou condições de fortaleza individual ou moral. Em vez disso, Gentile examina a relevância de processos fundamentais como o aumento da desigualdade, a degradação das condições de vida, a segregação espacial e a concentração das desvantagens, a precariedade e instabilidade dos vínculos com o trabalho ou a descentralização e focalização das políticas (Gentile, 2017, p. 54). Esses processos, reconhece a autora, constituem o marco dentro do qual o mundo social da rua ganha relevância na sociabilidade das novas gerações. Mas os percursos biográficos possíveis das crianças e jovens nas margens sócio urbanas moldam-se também na articulação com outras variáveis sociológicas e é por isso que a autora as sistematiza nessa passagem, fazendo sua análise mais complexa.

O segundo eixo desse capítulo de fechamento foca-se na análise da rua como ordenador biográfico, como uma referência que intervém na classificação etária. Este esquema temporal biográfico não substitui aqueles estipulados normativa e hegemonicamente para organizar o curso da vida, mas se articula com eles, embora de maneira subordinada. Florencia Gentile mostra que para organizar suas biografias, essas crianças e jovens - mesmo que não de forma única ou excludente - “contam principalmente com suportes relacionais, afetivos, corporais e materiais que, por sua vez, deixa-os expostos a perigos e vulnerabilidades específicas” (Ibid., p. 61) e isto põe em evidência as desigualdades sociais e os contrastes com crianças e jovens de outras classes e territórios que contam com suportes institucionais para organizar suas trajetórias sem que isso coloque em risco sua integridade física.

No esquema temporal analisado, Gentile identifica o mundo social da rua com uma específica condição juvenil: aquela que tem lugar nos contextos de marginalidade. Porém, se a ligação entre rua e experiência juvenil não é específica das novas gerações das margens da Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), existe entre elas alguma particularidade? A autora identifica três novidades: a maior centralidade da sociabilidade de rua na organização dos cursos de vida; o tipo de práticas e sentidos que organizam esse mundo social (diferentes dos de outrora); e o fato de que (produto de transformações estruturais nos setores populares) as idades cronológicas em que as pessoas “ingressam” e “saem” desse mundo social diferem das gerações anteriores. Dessa maneira, e como nota ao longo da obra toda, Gentile se move entre as biografias dos seus interlocutores enquanto jovens das margens sócio urbanas e as condições sócio históricas em que essas trajetórias de vida acontecem no AMBA. Este movimento constrói uma análise localizada que se constitui numa contribuição ao conhecimento de cada uma dessas escalas em que se detém. E, ao fazê-lo, contribui, portanto, à abordagem de uma questão central, porém periféricamente explorada, das

formas persistentes da desigualdade, tais como os efeitos subjetivos e seu impacto na temporalidade biográfica das novas gerações, particularmente, das que ocupam as posições mais desvantajosas.

Através de seu percurso, esse livro apresenta-se como uma contribuição inevitável ao olhar das experiências de vida das novas gerações nas margens sócio urbanas. E isto é verdade não somente porque consegue desarticular numerosos elementos daqueles esquemas interpretativos com que costumam se pensar - e intervir sobre - essas populações, mas também porque habilita novos posicionamentos - com menos preconceitos e fragmentações - a partir dos quais pensar e agir.

Num momento em que os debates e as preocupações públicas identificam nos jovens (pobres e delinquentes) a causa do problema da “insegurança” e as respostas punitivas buscam instalar-se como forma de resolução de tal conflito, este livro adquire uma nova significação. Face às interpretações que estigmatizam e culpabilizam os jovens como portadores privilegiados de comportamentos entendidos como perigosos, cuja existência social e valores se pressupõem alheios ao resto da sociedade, constituindo uma ameaça, este livro torna visíveis essas conexões. Apresenta as profundas imbricações entre sentidos, práticas e condições estruturais que ocorrem na relação de adolescentes e jovens com a rua, sugerindo a necessidade incontornável de abordagens que se situem neste complexo tecido para, a partir daí, poder compreender esses relatos que falam e constroem as biografias de rua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, C. Quando cada caso NÃO é um caso: Pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 10, jan./fev./mar./abr. 1999.

GENTILE M. F. **Biografías callejeras. Cursos de vida de jóvenes en condiciones de desigualdade.** Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2017.

Palavras-chave: jovens, experiência urbana, desigualdade.

DATA DE RECEBIMENTO: 01/07/2018

DATA DE APROVAÇÃO: 21/07/2018

María Celeste Hernández

Docente-pesquisadora, Laboratorio de Estudios en Cultura y Sociedad (LECyS) da Facultad de Trabajo Social, Universidad Nacional de La Plata, Argentina. Doutora em Antropología Social pelo IDAES-UNSAM, Argentina.

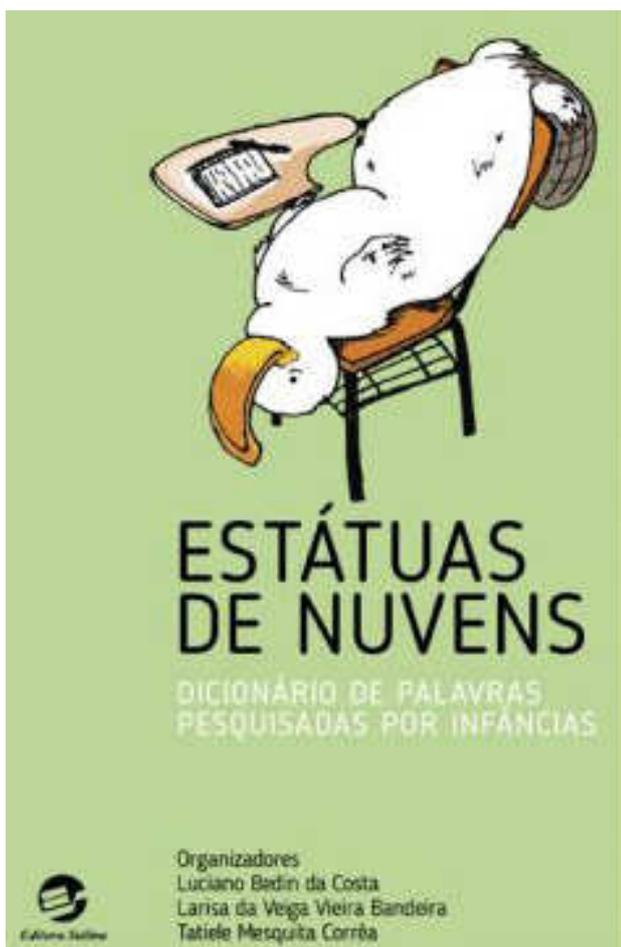
E-mail: mcelestehernandez@gmail.com /
mhernandez@trabajosocial.unlp.edu.ar

Estátuas de nuvens: dicionário de palavras pesquisadas por infâncias, organizado por Luciano Bedin da Costa, Larisa da Veiga Vieira Bandeira e Tatiele Mesquita Corrêa

RESENHA POR

José Douglas Alves dos Santos

Um exercício de si



“Um exercício de si” e “um jeito de esperar o inesperado” são como Rosana A. Fernandes define *Estátuas de nuvens: dicionário de palavras pesquisadas por infâncias*, obra organizada por Luciano Bedin da Costa, Larisa da Veiga Vieira Bandeira e Tatiele Mesquita Corrêa, mas escrita por quase 450 estudantes/infantes de todas as idades (dos 2 aos 95 anos de vida) que, conforme os próprios organizadores descrevem, “tornam este dicionário plural, selvagem e indefensável”.

O livro faz parte de uma pesquisa intitulada *Dicionário Raciocinado das Licenciaturas*, desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACE/UFRGS), Brasil, contando com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Diante desse exercício de si realizado por todos que colaboraram na construção dos verbetes presentes no dicionário, podemos constatar a capacidade de ver e pensar de outro modo, como descrevera o professor português António Nóvoa (2015) – demonstrando a relevância desse outro ver, desse outro pensar (e também sentir) no contexto da pesquisa escolar-acadêmica.

Ao ter acesso à obra, nos remetemos ao professor colombiano Javier Naranjo e seu trabalho com crianças de 3 a 10 anos de idade, que resultou na publicação de *Casa das Estrelas: O Universo Contado Pelas Crianças* (2013). No entanto, diferentemente do dicionário organizado por Naranjo, este não se limita aos verbetes criados pelas crianças, mas também pelos jovens, adultos e idosos que compartilham desse sentimento de infância dentro de si – uma vez que ela “não é o mesmo que ser criança, porque sempre há um pouco de criança na gente. Uma pessoa adulta sempre tem um pouquinho da infância” (p. 122), como conta o *Coletivo Esperança*.

Não é um livro para qualquer um/a porque não foi escrito por qualquer um/uma. Cada um dos sujeitos que deixaram aqui sua marca, individual ou coletivamente, fazem parte de um seleto grupo de pessoas que vivem mais desacomodadas e inconformadas do que acomodadas e convencidas de que o que está aí posto não tem mais jeito e é como deveria ser – como, por exemplo, aceitar a situação educacional, econômica e social de nosso país, de nossa América (não se referindo aqui somente aos Estados Unidos, mas ao continente americano como um todo), de nosso mundo, essa casa que nos habita e com a qual alguns parecem não conseguir habitar (ou não se sentem contentes em “apenas” habitar e compartilhar de suas riquezas e recursos naturais com outras pessoas).

Em suas quase trezentas páginas, vamos tendo acesso a novos significados sobre palavras tão rigidamente conceitualizadas, acadêmica e socialmente falando, o que nos faz remeter também às poesias do escritor mato-grossense Manoel de Barros, que não tinha medo de brincar e (re)inventar palavras e seus significados.

Dentre algumas dessas ressignificações, podemos citar a que o coletivo *Clube Secreto das Letras* dá à palavra “Adulto”: “É uma criança que já é grande” (p. 32), ou ao que o grupo *Devaneios de segunda à noite* descreve a respeito de “Amizade”: “A família que a gente escolhe” (p. 35), bem como ao que o *MDC da psiquê* indica para “Bagunça”: “É aquela coisa extremamente sadia que extravasa, uma coisa necessária e não compreendida” (p. 40). Ao descrever a palavra “Coração”, o coletivo *Fomabidanleh* diz o seguinte: “É aquela máquina que acha que manda no corpo, mas se despedaça quando outro corpo não aceita seu convite” (p. 56).

Percebemos, por essas definições, que o dicionário é um convite a uma viagem que atravessará nossas memórias, nossas histórias e nossos sentimentos. Um convite para atravessarmos e sermos atravessados pelas palavras e seus novos significados, como o que o *Coletivo Esperança* traz para “Empatia”: “Significa se colocar no lugar do outro, sentir ao ouvir a história do outro, colocar-se no lugar dele, imaginar como foi essa história, viver junto a emoção que o outro está falando” (p. 77). Também, ao que *Psicão* apresenta em “Homossexual”: “Uma pessoa corajosa” (p. 119), ou ao que o *Coletivo Descendentes* nos esclarece em “Noite”: “É quando acende a luz do escuro. Eu gosto de noite porque a gente dorme. A gente sobe na cama e deita e dorme para ficar de dia” (p. 143). Temos ainda o que os *Curiosos Escritores* afirmam sobre “Solidão”: “Quando alguém perde o pai e a mãe e fica na casa sozinho. É ficar no escuro sem nenhum abraço. Sentar no canto da sala sem nenhum amigo” (p. 201), e ao que a *Turma do Aprender* destaca ao pensar “Universo”: “É um negócio tipo um céu inteiro que fica fora da Terra segurando com ela o ar” (p. 210), entre tantas outras.

Os verbetes foram produzidos por quinze coletivos que se denominaram da seguinte maneira: *Aprendizes da Filosofia* – composto por sete integrantes de 23 a 45 anos, sob a orientação da educadora Franciele Santos da Silva, através da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (Renapsi), que atua como entidade formadora com aprendizes com alguma patologia, psiquiátrica e/ou física; *Clube Secreto das Letras & Turma do Aprender* – duas turmas (A11 e A21), na faixa etária dos 6 aos 8 anos, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Rincão, situada no bairro Belém Velho em Porto Alegre, tendo como orientador o professor Renato Levin Borges; *Coletivo Descendentes* – composto por cinco crianças, de 2 a 12 anos, contando com Luciano Bedin da Costa, Larisa da Veiga Vieira Bandeira e Tatiele Mesquita Corrêa como responsáveis; *Coletivo Esperança* – a turma T1 do Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores (CMET) Paulo Freire que, com a professora Bia Guterres e seus dezesseis alunos, de 15 a 95 anos, também contribuiu com a produção de verbetes; *Coletivo Litorâneo* – que com a professora Larisa da Veiga Vieira Bandeira e seus oito ajudantes, na faixa etária de 5 a 6 anos, conseguiu “nos fazer pensar sobre as coisas de formas inimagináveis” (p. 251); *Curiosos Escritores* – turma A24, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Afonso Guerreiro Lima, composta por seus dezenove integrantes, de 7 a 9 anos, com o auxílio da professora Camila Prates; *Devaneios de Segunda à Noite, FOMABIDANLEH, MDC da Psiquê e Psicão* – quatro turmas orientadas pelo professor Luciano Bedin da Costa, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; *Estudantes Americanos* – turma A32 da Escola Municipal de Ensino Fundamental América, com crianças dos 8 aos 11 anos e sob a responsabilidade da professora Margarida Paula Regina Kraskin de Lima; *GAF (Grupo Autônomo de Filosofia)* – integrado por estudantes de 16 a 42 anos, com supervisão do professor Jonas Camargo; *Inçipientes Docentes* – do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, com infantes de 23 a 40 anos e com a orientação do professor Luciano Bedin da Costa; *Laboratório de Filosofia* – estudantes do ensino médio do Colégio de Aplicação da UFRGS, com o professor André D. Pares; *Ladaia de Monteblock* – com jovens da Escola Estadual de Ensino Fundamental Adelaide de Sá Brito, em Montenegro/RS, sob responsabilidade de Joelma de Vargas Borges e Tatiele Mesquita Corrêa; *Mãos Amigas & Mãos que Comunicam* – integrada por um vasto grupo de crianças do Projeto de Extensão Atelier Pedagógico Bilíngue, da Faculdade de Educação da UFRGS, no Colégio Rainha do Brasil e Escola de Educação Bilíngue para Surdos Frei Pacífico; *O Caminhar Guarani* – da Escola Estadual de Ensino Fundamental Indígena Karai Nhe e Katu, com quatro integrantes e a orientação do professor Eloir de Olivera; e *O Mundo dos Inspiradores* – formado por quatro turmas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Neusa Goulart Brizola, tendo como responsável a professora Rita de Cássia Nunes Azzolin.

Percebe-se, então, a pluralidade geracional, cultural e social dos sujeitos que ajudaram a construir essa obra que deve ser lida, segundo os organizadores, “da forma que você quiser” (p. 29). Ela está organizada com 650 verbetes, começando com o significado atribuído à sigla “ABNT” (Associação Brasileira de Normas Técnicas) – definido pelo coletivo GAF como “Atitude Burocrática Notavelmente Terrível, Ainda Bem que Não Tem” (p. 31) – e finalizando com o da palavra “Zoológico” – que, segundo o coletivo *Inçipientes docentes*, refere-se a “Lugar onde vivem os políticos, ou Brasília – só que com mais árvores” (p. 234).

Publicado em 2017, esse livro é um presente para quem busca respirar um ar menos poluído de tanta rigidez acadêmica, de tanta burocratização, de tantas normas e regras sobre as palavras, sobre as pessoas, sobre o que pensamos e como pensamos. Um presente que pode nos tirar “dos eixos”, que pode nos provocar, enquanto estudantes/professores/pesquisadores/pessoas, a rever o mundo com um outro olhar, mais sensível e mais aberto, flexível, gentil, bem como pode nos levar a considerar as palavras em suas inúmeras possibilidades de invenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, L. B. da; BANDEIRA, L. da V. V.; CORRÊA, T. M. Estátuas de nuvens: dicionário de palavras pesquisadas por infâncias. Porto Alegre: Sulina, 2017.

NARANJO, J. **Casa das estrelas: O universo contado pelas crianças.** Rio de Janeiro: Foz, 2013.

NÓVOA, A. Carta a um jovem investigador em educação. **Investigar em Educação**, n. 3, p. 13-21, 2015.

Palavras-chave: dicionário, educação, infâncias, resignificação.

DATA DE RECEBIMENTO: 30/06/2018

DATA DE APROVAÇÃO: 21/07/2018

José Douglas Alves dos Santos

Escritor, Pedagogo e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.

E-mail: jdneo@hotmail.com

Levantamento Bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de Junho à Setembro de 2018 cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

- 1 A criança e a filosofia: por um filosofar a partir da infância (ISBN 9788559683813)**
Autor: Marcelo Manoel de Sousa
Editora: Gramma, Rio de Janeiro, 120 páginas.
- 2 Adolescencia y psicoanálisis: Características psíquicas del adolescente acorde al enfoque clínico dinámico y psicanalítico (978-620-2-43118-7)**
Autores: Edgar Alfonso Acuña Bermúdez e Vanesa Isabel Castillo V.
Editora: Editorial Publicia, La Paz, 112 páginas.
- 3 Autismos y espectros al acecho: la experiencia infantil en peligro de extinción (ISBN 978-987-538-570-2)**
Autor: Esteban Levin
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 224 páginas.
- 4 Coleção Extensão e Sociedade - Infância Cidadã (ISBN 978-85-7192-970-8)**
Coordenador: João Luis Pereira Ourique
Editora: UFPel, Pelotas, 162 páginas.
- 5 Dialogando com a inclusão e EJA (ISBN 978-85-232-1688-7)**
Autoras: Patrícia Carla da Hora Correia, Tânia Regina Dantas e Leliana Santos de Sousa
Editora: EDUFBA, Salvador, 261 páginas.
- 6 Diversión, estudio y estilo: identidades juveniles en una escuela (ISBN 978-987-760-130-5)**
Autora: Olga Grijalva Martinez
Editora: Editorial Brujas, Córdoba, 200 páginas.
- 7 Diversidad y género en la escuela (ISBN 9789501297591)**
Autora: Gabriela Larralde
Editora: Paidós, Buenos Aires, 304 páginas.
- 8 Educação escolar e apropriação do conhecimento - questões contemporâneas (ISBN 978-85-7628-673-8)**
Autoras: Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal, Nilza Sanches Tessaro Leonardo e Adriana de Fátima Franco.
Editora: EDUEM, Maringá, 207 páginas.

- 9 **Educação infantil como direito e alegria: em busca de pedagogias ecológicas e libertárias (ISBN 978-85-7753-339-8)**
Autora: Lea Tiriba
Editora: Paz e Terra, São Paulo, 308 páginas.
- 10 **El aborto en américa latina: estrategias jurídicas para luchar por su legalización y enfrentar las resistencias conservadoras (ISBN 978-987-629-847-6)**
Autores: Paola Bergallo, Isabel Cristina Jaramillo Sierra e Juan Marco Vaggione.
Editora: Siglo XXI Editores, Buenos Aires, 464 páginas.
- 11 **El Aprovechamiento de las redes sociales en la lectoescritura: Una oportunidad para integrar de forma estratégica el mundo del estudiante a la escuela (ISBN 978-620-2-43086-9)**
Autora: Solandy Villamizar Briceño
Editora: Editorial Publicia, La Paz, 212 páginas.
- 12 **El niño de Hollywood (ISBN 9786073169004)**
Autores: Óscar Martínez e Juan José Martínez
Editora: Librerías Gonvill, Guadalajara, 270 páginas.
- 13 **Elogio de la escuela (ISBN 978-84-16467-82-2)**
Organizador: Jorge Larrosa Bondía
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 296 páginas.
- 14 **Emociones, sentimientos y afectos. Las marcas subjetivas de la educación (ISBN 978-84-17133-45-0)**
Organizadora: Carina V. Caplan
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 256 páginas.
- 15 **Entre la educación y el trabajo: La construcción cotidiana de las desigualdades juveniles en América Latina (ISBN 978-987-722-321-7)**
Organizadoras: Agustina Corica, Ada Freytes Frey e Ana Miranda.
Editora: CLACSO, Buenos Aires, 257 páginas.
- 16 **Entre selfies y whatsapps: Oportunidades y riesgos para la infancia y la adolescencia conectada (ISBN 9788416919871)**
Autores: Estefania Jiménez, Maialen Garmendia e Miguel Ángel Casado
Editora: Gedisa, Buenos Aires, 317 páginas.
- 17 **Escolas em tempo de crise: estudos e pesquisas sobre conflitos e violências interpessoais (ISBN 978-85-232-1652-8)**
Autoras: Ceci Vilar Noronha, Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, Mirna Albuquerque Frota e Bruna Caroline Rodrigues Tamboril
Editora: EDUFBA, Salvador, 246 páginas.

- 18 Equidad en la educación superior. Diseño y resultados de programas de acceso en universidades selectivas (ISBN 978-956-14-2267-4)**
Autoras: María Verónica Santelices, Ximena Catalán e Catherine L. Horn
Editora: Ediciones UC, Santiago, 276 páginas.
- 19 1968 explicado a los jóvenes (ISBN 9786071658630)**
Autor: Gilberto Guevara Niebla
Editora: Fondo de cultura económica, México D.F., 126 páginas.
- 20 Gestão, qualidade de ensino e formação do educador da EJA (ISBN 978-85-232-1696-2)**
Autores: Antonio Amorim, Patrícia Lessa Santos Costa, Iêda Rodrigues da Silva Balogh e Carla Liane N. dos Santos
Editora: EDUFBA, Salvador, 218 páginas.
- 21 Hijos del SAP. Reparar el vínculo roto (ISBN 978-84-17044-81-7)**
Autora: Amy J.L. Baker
Editora: Ediciones Urano, México D.F, 320 páginas.
- 22 Infâncias, juventudes, universos (auto)biográficos e narrativas (ISBN 978-85-444-2581-7)**
Organizadoras: Maria da Conceição Passeggi, Zeila de Brito Fabri Demartini e Adelina de Oliveira Novaes
Editora: CRV, Curitiba, 222 páginas.
- 23 Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo (ISBN 978-85-232-1645-0)**
Autoras: Denise Helena P. Laranjeira e Rosa Elisa M. Barone
Editora: EDUFBA, Salvador, 396 páginas.
- 24 Juventudes e infancias en el escenario latinoamericano y caribeño actual (ISBN 978-987-722-340-8)**
Autoras: Melina Vázquez, María Camila Ospina Alvarado e María Isabel Domínguez.
Editora: CLACSO, Buenos Aires, 314 páginas.
- 25 La autonomía universitaria en México. Estudios de caso (ISBN 978-607-535-047-9)**
Organizadores: Enrique Delgado López e Armando Pavón Romero
Editora: Itáca, México DF, 192 páginas.
- 26 La educación secundaria. Cuando la política educativa llega a la escuela (ISBN 978-84-17133-08-5)**
Organizadoras: Estela M. Miranda e Nora Z. Lamfri
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 260 páginas.
- 27 La escuela en el cuerpo. Estudios sobre el orden escolar y la construcción social de los alumnos en escuelas primarias (ISBN 978-84-923478-5-8)**
Autoras: Diana Milstein e Héctor Méndes
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 144 páginas.

- 28 La inolvidable edad. Jóvenes en la Costa Rica del siglo XX (ISBN 978-9977-65-489-8)**
Organizadores: Iván Molina Jiménez e David Díaz Arias.
Editora: Editorial Universidad Nacional, Heredia, 236 páginas.
- 29 Leis, estruturas sociais e família (ISBN 9788582290729)**
Autoras: Jacqueline de Oliveira Moreira e Andréa Máris Campos Guerra
Editora: PUC Minas, Belo Horizonte, 308 páginas.
- 30 Literatura, leitura e educação (ISBN 978-85-7511-458-2)**
Autoras: Márcia Cabral da Silva e Estela Natalina Mantovani Bertolotti
Editora: EDUERJ, Rio de Janeiro, 288 páginas.
- 31 Liturgia escolar na idade moderna (ISBN 978-85-449-0242-4)**
Autora: Carlota Boto
Editora: Papirus, Campinas, 320 páginas.
- 32 Lo Cotidiano en la Escuela: 40 años de etnografía en Chile (ISBN 9789561125919)**
Autores: Andrea Valdivia Berrios e Jenny Assael Budnik
Editora: Editorial Universitária, Santiago, 296 páginas.
- 33 Los Autismos: Una ventana a la neurodiversidad (ISBN 978-950-892-558-9)**
Autora: Marcela Menassé
Editora: Lugar Editorial, Buenos Aires, 176 páginas.
- 34 Los Procesos de adopciones de niños, niñas y adolescentes: Desafíos para una adecuada integración familiar adoptiva (ISBN 978-987-538-573-3)**
Autora: María Federica Otero
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 184 páginas.
- 35 Masculinidades al andar: Experiencias de socialización en la niñez urbana del Neuquén (ISBN 978-8417133320)**
Autores: Jesus Jaramillo e Carolina Gandulfo
Editora: Miño y Davill, Buenos Aires, 124 páginas.
- 36 Niñez: Una carrera por la supervivencia: Violencias contra la niñez: El Caso colombiano (ISBN 9786202118965)**
Autora: Magda Silva Sandoval
Editora: Editorial Académica Española, 68 páginas.
- 37 Niñez en Movimiento: Del Adultocentrismo a la emancipación (ISBN 9789874281630)**
Autores: Santiago Morales e Gabriela Magistris
Editora : Chirimbote, Buenos Aires, 256 páginas.

- 38 Niñ@s Hiper: infancias hiperactivas, hipersexualizadas, hiperconectadas. (ISBN 9788416737369)**
Autor: José Ramon Ubieto
Editora: Nuevos Emprendimientos Editoriales, Buenos Aires, 175 páginas.
- 39 Niños de nadie: usos de la infancia menesterosa en el contexto borbonico (ISBN 978-8491920069)**
Autora: Beatriz Alcubierre Moya
Editora: Siglo XXI Editora Iberoamericana, Buenos Aires, 195 páginas.
- 40 O adolescente e a internet: Laços e embaraços no mundo virtual (ISBN 10 85-314-1579-9)**
Autora: Cláudia Prioste
Editora: EDUSP, São Paulo, 368 páginas.
- 41 Perspectiva de Géneros: Experiencias Interdisciplinarias de Intervención/Investigación (ISBN 978-987-693-746-7)**
Autora: Marcela País Andrade
Editora: Ediciones Ciccus, Buenos Aires, 240 páginas.
- 42 Por tus hijos te conocerán (ISBN 9786079472009)**
Autora: Raquel Guerrero
Editora: Editorial Pax, México, D.F., 280 páginas.
- 43 Por uma educação crítica e participativa (ISBN 978-85-69474-43-2)**
Autor: Frei Betto
Editora: Rocco, Rio de Janeiro, 288 páginas.
- 44 Sutilezas da naturalização / Reconhecimento da violência (ISBN 9788579839498)**
Autoras: Marilda da Silva e Adriele Gonçalves Da Silva
Editora: Cultura Acadêmica, São Paulo, 271 páginas.
- 45 Un buen comienzo para los niños de Chile (ISBN 978-956-314-409-3)**
Organizadores: Ernesto Treviño, Elisa Aguirre e Carla Varela
Editora: Ediciones UDP, Santiago, 308 páginas.
- 46 Vidas sitiadas. Jóvenes, exclusión laboral y violencia urbana en Centroamérica (ISBN 978997768299-0)**
Autor: Juan Pablo Pérez Sáinz
Editora: FLASCO, San José, 142 páginas.

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no [site da DESIDADES, no portal de periódicos da UFRJ](#), seguindo as orientações disponibilizadas.
2. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc externos ao corpo editorial, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. Em casos de controvérsia entre os dois pareceristas, um terceiro será consultado. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
3. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
5. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
6. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional. No caso de submissão de entrevista, devem ser enviadas as informações curriculares do (a) entrevistador (a) e do (a) entrevistado (a).
7. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética ao final do texto e se pausarem pelas normas ABNT (NBR 6023, 2002).

Exemplos de casos mais comuns:

LIVRO COM UM AUTOR

CASTRO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

LIVRO COM DOIS OU TRÊS AUTORES

CASTRO, L. R.; CORREA, J. **Mostrando a Real**: um retrato da juventude pobre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2005.

Nas referências de até três autores, todos são citados, separados por ponto e vírgula. Quando ultrapassar três autores, citar somente o primeiro, seguido da expressão et al. (sem itálico).

ARTIGO DE REVISTA OU PERIÓDICO

TORRES, M. C. E.; CASTRO, L. R. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paidéia (USP)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 87-96, jan./abr. 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, A. L.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). **Juventude Contemporânea**: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 229-232.

TESES E DISSERTAÇÕES

CORDEIRO, D. M. A. Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

OBSERVATORIO NACIONAL DE LOS DERECHOS DEL NIÑO Y DEL ADOLESCENTE. IHA2009/2010: los hombres negros adolescentes son las principales víctimas de homicidios en Brasil. Disponível em: <http://www.observatorio-nacional-de-los-derechos-del-nino-y-del-adolescente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106>. Acesso em 14 abr. 2013.

8. Citações e notas.

- As citações indiretas de autores, no corpo do texto, devem seguir a forma: Autor (data)ou (Autor, data). Exemplos:

Segundo Cordeiro (2008)...

(Lima, 1999)

(Torres; Castro, 2009)

(Castro; Correa, 2005; Cordeiro, 2008).

- As citações literais de até três linhas são integradas ao texto, entre aspas duplas, seguidas de parênteses com sobrenome do autor, ano da publicação e página (ex. Lima, 1999, p. 27).
- Citações com mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, com a indicação: (Autor, ano, p.).
- As notas de rodapé, tratando de observações, comentários e esclarecimentos feitos pelos autores, devem vir no final da página, em algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva ao longo do texto.
- As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto. Ex.: Segundo Cordeiro (2008).

9. Nos casos de destaque de palavras no corpo do texto (por exemplo, palavras estrangeiras), deverá ser utilizado itálico.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a cinco mil palavras (incluindo referências e resumo).
2. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, após as referências, seguido de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave (separadas por vírgula) que abarquem a temática abordada no artigo.
3. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.

Normas específicas para Resenhas

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.
6. As citações e referências seguem as regras gerais, apresentadas acima. A referência do livro resenhado deve ser destacada em negrito.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 30 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser submetidos no site da **DESIDADES**, no portal de revistas UFRJ. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso de submissão de entrevista gravada em vídeo, a transcrição deve ser enviada pelo sistema de submissão e a gravação em DVD encaminhada pelo correio para o seguinte endereço:

NIPIAC, Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Av. Pasteur, 250 – Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil | CEP 22.290-902.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à Desidades sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

**Instituto de Psicologia/NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55-21. 2295-3208 55-21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

DESIDADES

*Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude*

Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br

